

escola **i**nformação

N.º 310 | JAN/FEV 2025 | MENSAL | 0,50€

SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA

Combater a falta de professores

VALORIZAÇÃO, JÁ!

Profissão com futuro. Escola Pública de qualidade.

Documentos
Eleição de
Delegados SPGL

NEGOCIAÇÃO DO ECD:
A ESTRATÉGIA DA FENPROF
PAG. 4

CADERNO: FORMAÇÃO
DE PROFESSORES
Pag. 25

15.º CONGRESSO NACIONAL
DOS PROFESSORES
Pág. 18



Imagem: «As Três Marias» (arquivo A Capital)

Maria Teresa Horta (1937/2025)

Levemos para a rua a liberdade

de vermelho

Corpo de cravo
encarnado

de ilusão e devaneio

Num Portugal
maltratado por quem
lhe destrói o sonho

A promessa e o anseio
de luzeiro e de archote
a iluminar-lhe os princípios

No cumprir do passo alado
da amargura o contrário
no prosseguir libertário

de ideário e enredo

Levemos
para a rua a igualdade
com a raiz do feminino

A palavra e a poesia
de invenção e desígnio

no seu próprio labirinto

Aviso de sobressalto
entre a quimera e o perene
o quebrado e o unido

sumário

4

escola em movimento

- Negociação do ECD - A estratégia da FENPROF | p. 4
- RJIES, documento preserva os pilares da empresarialização | p. 6
- Apoio urgente para todos os docentes deslocados! | p. 7
- Falta de recursos põe em causa Educação Inclusiva | p. 8
- Criação do grupo de recrutamento para a Intervenção Precoce na Infância | p. 9
- Abaixo-assinado - E. Pré-Escolar e 1.º CEB | p. 10
- Realização e correção das provas de ensaio | p. 11
- Concentração CED D. Maria Pia de Lisboa | p. 12
- Trabalhadores docentes das IPSS em Greve | p. 13
- Plenário de investigadores e trabalhadores científicos | p. 14
- Jornadas Pedagógicas, hoje | p. 15
- Perguntas com resposta | Legislação | p. 16
- Consultório jurídico | p. 17

20

ciudadania

- Irene Lisboa, um pensamento pedagógico inovador | p. 20
- Prevenção da violência no namoro | p. 21
- Conferência Nacional da Interjovem | p. 21
- Que papel temos nós, que podemos fazer nas escolas? | p. 22
- Manifestação pela Paz | p. 23
- Estudo de Eugénio Rosa - Querem desacreditar a Segurança Social para criar mercado para os fundos pensões | p. 24

25

caderno

- Garantir condições para uma formação de qualidade e o reconhecimento da habilitação profissional para a docência | p. 26
- A voz a quem entra | p. 28
- Para onde vai a formação inicial de professores? | p. 29
- Que Desafios e Respostas? | p. 32

34

breves

- Vários | p. 34
- Espaço ABC | p. 37
- Sugestões | p. 38



ficha técnica

Diretor José Feliciano Costa | **Chefe de Redação** Manuel Guerra
Conselho de Redação Anabela Tavares, Dulce Arrojado, Paula Rodrigues, Jorge Humberto, Pedro Nunes, Tiago Dias, António Avelãs, Sara Covas **Composição** Fátima Caria **Jornalistas** Lígia Calapez, Sofia Vilarigues **Paginação e Grafismo** Dora Petinha
Capa: D.I.P. **Fotografia** Joana Rodrigues **Revisão** Lígia Calapez
Impressão Multiponto, S.A. **Edição e Propriedade** Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, Rua Fialho de Almeida, 3, 1070-128 Lisboa **NIPC** 501057528 **Periodicidade** Mensal **Tiragem** 15.000
Depósito legal 9157/85 **ICS** 109893



Vivemos tempos que nos convidam a agir, a ser militante, a estar presente

O mundo parece estar cada vez mais estranho. Vivemos tempos de alguma incerteza e muitos dos valores e das referências que sempre considerámos seguros e que balizam a nossa existência, são postos em causa por um discurso populista que vai lavrando, a par de frases bombásticas proferidas por personagens também estranhas que, embora parecendo loucos, não o são e todo o seu discurso é claramente intencional e tem objetivos muito claros.

A história também nos diz que, nestes tempos, estar atento e vigilante é fundamental. São tempos que nos convidam a agir, a ser militante, a estar presente. A indiferença perante a barbárie, o achar que é só com outros vira-se sempre contra nós, pois afinal acaba sempre por ser também connosco.

Por cá, ao contrário dos desmentidos oficiais, também se vai preparando a mudança na matriz do SNS, com a promoção intencional da sua degradação e também a mudança da matriz do nosso sistema previdencial, colocando em causa o seu carácter público e solidário, com todos os perigos que daí advêm.

Este é também o tempo em que decorre o processo de revisão do ECD, processo que começou mal, com o ministro a tentar isolar a FENPROF e excluir até da negociação a estrutura/organização mais representativa dos professores. Não

conseguiu e cá estamos para, em conjunto com os professores, levar à discussão em reuniões sindicais por todo o país, uma proposta de revisão do Estatuto. No dia 7 de março, terá lugar a sua aprovação final em plenário que reunirá centenas de professores, representantes de todos os agrupamentos e escolas não agrupadas.

A revisão do ECD é uma batalha que os professores e educadores têm de ganhar e, para isso, a discussão e a mobilização são essenciais.

O Estatuto conquistado em 89/90, após uma luta de cerca de duas décadas, é um documento de extrema importância para os docentes e para o sistema educativo português. Apesar do documento consagrar alguns aspetos que mereceram discordância e a consequente luta dos professores para a sua alteração, a FENPROF considerou que foi um marco importante para os docentes portugueses.

Pela primeira vez, foi aprovado um documento que continha direitos e deveres profissionais, formação de professores e educadores, avaliação do desempenho ou mesmo a consideração da especificidade do exercício da profissão docente, a par do reconhecimento da classe docente como um corpo especial da Administração Pública.

Foi um passo importante de reconhecimento e também de afirmação dos profissionais docentes e da sua relevante importância social, insubstituível numa escola pública democrática e de qualidade. Não faltes à discussão já este mês na tua escola. A tua participação é fundamental. ●

Negociação do ECD

A estratégia da FENPROF



José Feliciano Costa | Presidente SPGL

A urgente valorização da carreira docente está profundamente ligada a esta revisão e é por isso imperioso que as negociações avancem sem artifícios e sem a procura de dilatar no tempo a sua conclusão.

Os professores sempre se mobilizaram para defender o seu Estatuto de Carreira e, mais uma vez, se mobilizarão contra qualquer tentativa de ataque à sua dignidade profissional.

No dia 7 de fevereiro, o Conselho Nacional da FENPROF aprovou a proposta global para a revisão do Estatuto da Carreira Docente que será apresentada, durante o mês de fevereiro, aos professores para debate em reuniões e plenários que serão realizados por todo o país.

O documento final que resultar desta auscultação aos professores será aprovado em plenário nacional no dia 7 de março e apresentado, publicamente, nesse mesmo dia.

Este foi o compromisso assumido logo após reunião realizada no dia 27 de dezembro com o MECI, que tentou impor à FENPROF a assinatura de um protocolo negocial que condicionava toda a suposta negociação não prevendo, sequer, a duração do processo e, conseqüentemente, a data da entrada em vigor do diploma que daí resultasse, nem priorizava na agenda negocial temas centrais. Entre estes, destacam-se a estrutura da carreira

docente, os índices remuneratórios e a avaliação de desempenho, a qual, embora constando do protocolo, seria o último tema a negociar sem data prevista de conclusão. Outras questões, como a transição entre carreiras ou o regime específico de aposentação dos docentes, não eram, sequer, referidos pelo MECI.

Mas este protocolo que a FENPROF se recusou a assinar, merecendo, no entanto, o acordo de outros, pode comprometer ainda mais o futuro da profissão pois prevê no seu texto a revisão das carreiras não revistas, ou seja, o fim da carreira docente como carreira de corpo especial.

Já houve várias tentativas para o fazer, a primeira com Maria de Lurdes Rodrigues em plena maioria absoluta com o governo de José Sócrates, a segunda vez durante o mandato de Nuno Crato e, mais recentemente, com Alexandra Leitão enquanto ministra da Administração Pública.

A concretização deste objetivo por parte deste ou de outros governos, seria uma grande derrota para todos os



Reunião Sindical, AE Luísa Todi, Setúbal (10/02/2025)

professores, que lutaram durante décadas pela pretensão de ter um estatuto enquanto documento enquadrador da carreira e da profissão. Esta foi sempre uma questão central da luta dos professores.

A chamada revisão da carreira, pretensão clara deste governo, implicaria a passagem para uma tabela remuneratória única (TRU) com dezenas de índices remuneratórios e uma progressão de geometria variável e sem regras específicas, dependente de processos de avaliação ainda mais agravados.

Implicaria, também, o fim dos quadros de agrupamento de escola e de zona, com a passagem a mapas de pessoal para cada serviço ou unidade (leia-se Agrupamento de Escolas), que é atualizado anualmente pelo dirigente máximo do serviço, mas sempre sujeito às regras orçamentais.

Com a negociação para a revisão do ECD, já iniciada, é importante o envolvimento de todos e o primeiro passo já foi dado com a entrega na Assembleia da República de um abaixo-assinado com milhares de assinaturas de

docentes, com a exigência de que a valorização da profissão docente é condição necessária para a tornar atrativa. Agora, é tempo de levar para a discussão nas escolas as propostas do anteprojecto da FENPROF para Revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), envolvendo o maior número possível de professores na discussão e no conhecimento dos factos. A discussão de tudo o que queremos negociar nesta revisão e que para os professores são prioritárias: a estrutura da carreira e sua escala indiciária; o regime de transição entre a atual e a nova estrutura; o processo da avaliação de desempenho; as condições de trabalho; o horário de trabalho e todas as suas componentes; a aposentação; o recrutamento; o ingresso e todas as mobilidades; os direitos e deveres; as faltas, férias e licenças e o regime disciplinar.

Depois de analisado e discutido nas escolas, o documento será aprovado em Plenário nacional no dia 7 de março, sendo por isso fundamental o debate alargado, a reflexão e o máximo envolvimento de todos os docentes. ●



Plenários na área do SPGL



Região de Lisboa



Região do Oeste



Região de Santarém



Região de Setúbal

Ensino Superior Público e gestão de Politécnicos e Universidades RJIES, documento preserva os pilares da empresarialização



André Levy | Dirigente sindical - DESI

No passado 6 de fevereiro, o Conselho de Ministros aprovou o seu projeto de revisão do Regime Jurídico das Instituições do Ensino Superior (RJIES). Não obstante alguns avanços positivos deste projeto relativamente ao rascunho original, o documento agora aprovado pelos ministros (que terá de ser discutido na Assembleia da República) preserva na sua essência os pilares da empresarialização do Ensino Superior Público e da gestão dos Politécnicos e Universidades, apartada da participação democrática das comunidades académicas.

O primeiro destes pilares veio receitado no relatório da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico no qual o RJIES de 2007 se baseou: «os mecanismos do mercado são, quase sempre, mais eficientes na regulação da oferta e da procura das diversas formas de aprendizagem para os diversos grupos de clientes», lia-se.

O projeto de RJIES agora votado contém algumas normas que permitem às Instituições de Ensino Superior (IES) gerir os seus orçamentos com maior estabilidade e previsibilidade, mas um dos maiores entraves à real autonomia daquelas decorre do subfinanciamento crónico a que estão submetidas, e que permanece incólume. O projeto mantém também a possibilidade de as IES se transformarem em fundações públicas em regime de direito privado. Na prática, este singular regime fundacional não veio concretizar as vantagens contabilísticas e de gestão financeira tão propaladas, mas veio sim produzir um agravamento da precariedade laboral e a divisão dos docentes e investigadores em duas castas com diferentes direitos dentro das fundações: a dos contratados no direito público e a dos contratados no direito privado. Esta segregação é particularmente grave nas unidades de investigação que são ficticiamente apresentadas como

instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL) e que operam como reais *offshores* laborais das Universidades e Politécnicos. Ali os trabalhadores nem podem eleger ou ser eleitos para os órgãos de governo das Universidade ou Politécnico para a qual trabalham. O novo projeto de RJIES continua a fomentar a criação de mais IPSFL.

O projeto fica aquém da mudança necessária para se concretizar a gestão democrática das IES. Para o conseguir seria preciso restaurar o poder e funcionalidade do Senado Universitário e das Assembleias de Docentes e Investigadores, e alargar a votação direta à eleição dos diretores dos Departamentos e das Unidades Orgânicas.

Apesar da convergência real que se observa entre o subsistema universitário e politécnico, o projeto do Governo preserva a continuidade de um “sistema binário” Politécnico vs. Universitário, com fronteiras rígidas e clivagem de condições laborais. A FENPROF continua a defender a necessidade de um “sistema unitário”, integrado e diversificado.

Os sindicatos da FENPROF exortam a Assembleia da República que reformule o projeto de RJIES do Governo para o tornar num instrumento que permita um Ensino Superior Público mais democrático, participado e colegial, que sirva a sua missão de ensino e investigação no interesse público.●



Vídeo

[Reunião com MECI \(21/01/2025\)](https://www.mec.gov.pt/reuniao-com-meci-21-01-2025)



+ fotografias



Audição Assembleia da República

Apoio urgente para todos os docentes deslocados!



Cátia Domingues | Vice-Presidente SPGL

A FENPROF participou numa audiência parlamentar dedicada às condições dos docentes deslocados, reafirmando a necessidade de medidas concretas para apoiar milhares de professores que enfrentam dificuldades financeiras e logísticas devido à obrigatoriedade de trabalhar longe das suas residências.

Na intervenção junto dos deputados, a FENPROF denunciou a insuficiência dos atuais mecanismos de apoio, sublinhando que o facto de estar restrito a um número limitado de Agrupamentos de Escolas, põe em causa a equidade entre docentes. Foi também enfatizado o impacto negativo desta situação na estabilidade dos professores e na qualidade do ensino, já que muitos são obrigados a recorrer a soluções precárias para conseguirem manter-se no sistema educativo. A FENPROF apresentou um conjunto de reivindicações, incluindo o alargamento do apoio a todos os professores deslocados, a criação de um subsídio de deslocação justo e a zonas de maior carência de pessoal docente, e não a Agrupamentos de Escolas. Foi ainda reforçada a necessidade de uma revisão do decreto-lei.

Durante a audiência, dois professores deram o seu testemunho, relatando as dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, desde os custos elevados com alojamento até à instabilidade familiar e profissional que essa situação provoca. Os seus depoimentos reforçaram a urgência de soluções eficazes para o problema.

A FENPROF tem vindo a denunciar o impacto da falta de apoio aos docentes deslocados. A Federação sublinha a necessidade de uma resposta rápida por parte do Governo e da Assembleia da República para garantir melhores condições de trabalho aos professores.

Os deputados presentes manifestaram interesse pelas preocupações apresentadas, comprometendo-se a avaliar as propostas da FENPROF. A Federação continuará a pressionar o Governo e a Assembleia da República para que sejam tomadas medidas concretas e urgentes, garantindo condições de trabalho dignas para os docentes deslocados. ●



▶ Vídeo

[Audiência à FENPROF sobre o suplemento remuneratório a docentes deslocados](#)

Inquérito em 132 Agrupamentos:

Falta de recursos põe em causa Educação Inclusiva



Jorge Humberto Nogueira | Dirigente sindical

O levantamento da FENPROF nas escolas portuguesas em 2024 sobre a realidade da educação inclusiva vem revelar o que tem vindo a ser conhecido desde a implementação do Decreto-Lei n.º 45/2018, nomeadamente a falta de professores especializados, assistentes operacionais, equipas multidisciplinares e outros profissionais; bem como constrangimentos nas condições dos estabelecimentos, materiais específicos e elevado número de alunos por turma.

Oitenta por cento dos 132 Agrupamentos de Escolas, AE, refere não ter condições para garantir uma educação verdadeiramente inclusiva e 23% refere ter turmas maiores e com mais alunos com Necessidades Específicas, NE, do que o previsto por lei. Uma situação que põe em causa a falta de acompanhamento adequado a muitos dos alunos, nomeadamente com necessidades específicas graves.

Dos 156 mil alunos dos AE inquiridos, 12 819 (8,2%) têm medidas seletivas e adicionais. Há ainda 6888 (4,4%) que apenas têm um apoio indireto, ou

seja, o docente especializado dá orientações aos professores. Com o reduzido número destes especialistas, a disponibilidade de tempo para o apoio direto também não corresponde às reais necessidades de cada aluno. Por isso 64% dos inquiridos reporta ter carência de professores deste grupo, face ao número de alunos a necessitar.

Com a idade dos professores, a componente não letiva é muitas vezes usada para continuar a apoiar alunos, colmatando as graves carências de recursos do sistema, mas com sobrecarga adicional e prejudicando as funções de articulação com a escola, pais e professores nas tarefas de inclusão e de apoio indireto.

A carência de outros recursos humanos também essenciais, como assistentes operacionais, é referida por 73% os Agrupamentos, onde apenas 1,8% tem a formação especializada e 73% sente carência em técnicos e terapeutas.

Independente das intenções legislativas e da avaliação necessária da legislação, os dados apontam a falta de investimento como um enorme constrangimento que coloca em risco a promoção de uma efetiva Educação Inclusiva.●

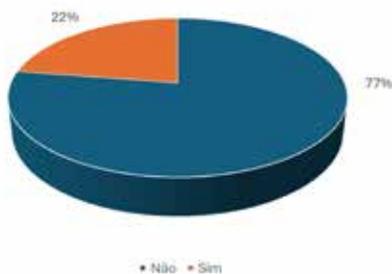
Nº de docentes da EE é suficiente?
2024/25



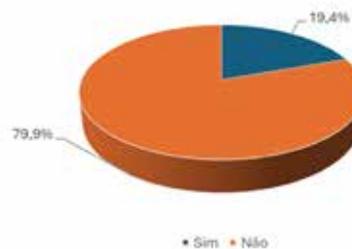
O Número de AO é suficiente?
2024/25



O número de Técnicos Especializados é suficiente?
2024/25



Os agrupamentos/escolas têm os recursos necessários para que a escola seja verdadeiramente inclusiva?
2024/25



Audição na Assembleia da República

Criação do grupo de recrutamento para a Intervenção Precoce na Infância



Ana Cristina Gouveia | Dirigente sindical

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) tem defendido a criação de um grupo de recrutamento específico para a Intervenção Precoce na Infância (IPI), reconhecendo a necessidade de profissionais qualificados para apoiar crianças dos 0 aos 6 anos com necessidades educativas específicas. Com a criação deste grupo de recrutamento, pretende-se garantir que haja docentes especializados para atuar junto das crianças e suas famílias, proporcionando um acompanhamento adequado e eficaz. Além disso, a medida visa uniformizar a contratação e assegurar a estabilidade profissional dos especialistas que trabalham nesta área. A formalização do grupo de recrutamento também responde a uma reivindicação antiga de educadores e associações que atuam na Intervenção Precoce. A falta de um grupo específi-

co dificulta a gestão dos recursos humanos e a definição de critérios claros para a colocação de profissionais nas instituições de ensino. Com esta mudança, espera-se uma melhoria acentuada na qualidade do serviço prestado e uma articulação mais eficaz entre os diferentes intervenientes do processo educativo. A Intervenção Precoce é essencial para minimizar desigualdades e proporcionar oportunidades de aprendizagem adaptadas às necessidades individuais de cada criança. Assim, em 29 de janeiro de 2025, a FENPROF reuniu-se com a Comissão de Educação e Ciência da Assembleia da República para discutir a criação deste grupo de recrutamento. Durante a reunião, a FENPROF procurou sensibilizar os deputados para a importância de garantir que a IPI seja realizada por docentes com formação especializada, conforme recomendado pela Assembleia da República em 2020. ●



[Audiência à FENPROF sobre a criação do grupo de recrutamento de Intervenção Precoce na Infância](#)

EPE e 1.º CEB

Que condições de trabalho?



Anabela Raposo e João Barros
Dirigentes sindicais | Coordenadores
E. Pré-Escolar e 1.º Ciclo do E. Básico

Condições de trabalho? Lembram-se o que é? Os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º Ciclo têm grupos/turmas com excesso de crianças/alunos, sem que se cumpra o limite máximo de crianças/alunos estabelecidos por lei. Os docentes são ainda mais sobrecarregados de trabalho motivado pela interpretação errada do art.º 79 do ECD, atribuindo grupos de alunos para apoio ou mesmo substituição de professores. Não têm Assistentes Operacionais suficientes para as necessidades das crianças/alunos. Não têm cacifos para guardar os seus pertences. Trazem de casa, armários, livros, tapetes, aquecedores etc. (para tornar o seu espaço de trabalho mais acolhedor). São responsáveis pela supervisão das AECs (como se não tivessem já tarefas demais)! O trabalho burocrático aumenta todos os dias. A monodocência tem características próprias, todos sabemos, mas o que provoca? Sabemos? Talvez a pressão que sofrem todos os dias, semana após semana não deixe tempo para pensar. Daí a importância do abaixo-assinado que está a circular, que é urgente divulgar e assinar. É necessário que chegue a todos os docentes, pois só juntos, unidos independentemente do ciclo, é possível alcançar melhores condições de trabalho. A luta é o caminho! ●

Abaixo-assinado | E. Pré-Escolar e 1.º CEB

Por melhores condições de trabalho

O exercício da profissão em regime de monodocência reveste-se de características específicas. Algumas, a par com o envelhecimento do corpo docente, têm vindo a provocar um crescente desgaste que está a deixar os educadores e os professores em monodocência à beira da rutura. Os problemas acumulam-se e os sucessivos governos teimam em ignorá-los e recusam-se a encetar as negociações necessárias para os resolver. Perante esta reiterada atitude de desprezo pelas condições de trabalho nestes níveis do Sistema Educativo, os docentes da Educação Pré-Escolar e do 1.º CEB e demais subscritores deste abaixo-assinado exigem a garantia de melhores condições de trabalho e a abertura de processos negociais com vista a:

- Redução da componente letiva para as 22 horas;
- Redução da componente letiva por antiguidade, ao abrigo do art.º 79.º do ECD, nos mesmos termos dos professores dos restantes níveis de ensino, devendo as horas de redução reverter para a componente não letiva individual de trabalho;

- Equiparação de funções do docente titular de grupo/turma ao cargo de diretor de turma, com garantia do direito à redução da componente letiva;
- Aplicação do mesmo calendário escolar dos 2.º e 3.º CEB;
- Criação de um regime democrático de gestão com a inclusão de um docente da EPE e/ ou do 1.º CEB nas equipas diretivas;
- Redução do número de crianças/alunos por grupo/turma;
- Consideração de todo o trabalho com crianças/alunos como componente letiva;
- Criação de um regime específico de aposentação para docentes aos 36 anos de serviço, sem qualquer penalização;
- Extinção do atual modelo de AEC, substituindo-o por atividades lúdicas de ocupação de tempos livres, que devem realizar-se, exclusivamente, em horário pós-letivo;
- Realização das atividades de animação e apoio à família (AAAF/CAF) desenvolvidas em horários/ locais específicos e com profissionais colocados para o efeito. ●



ABAIXO-ASSINADO

Educação Pré-escolar
e 1.º Ciclo do Ensino Básico



Realização e correção das provas de ensaio

A solidariedade à força a propósito do trabalho dos docentes



António Anes | Vice-Presidente SPGL

Para combater esta insistência do MECI em sobrecarregar ainda mais os horários dos docentes, em boa hora a FENPROF decretou pré-avisos de greve a todo o trabalho de realização e correção das designadas provas-ensaio, bem como outras eventuais tarefas diretamente decorrentes das mesmas.

A Administração Educativa, através do Júri Nacional de Exames, enviou para os agrupamentos e escolas não agrupadas um guia para a realização de provas de ensaio que ocorrerão entre os dias 10 e 28 de fevereiro visando a suposta preparação para a realização das provas de final de ciclo: as ModA nos 4.º e 6.º anos e o exame no 9º ano.

O objetivo é que os alunos se familiarizem com o suporte digital em contexto de avaliação e ajudar as escolas a testar a sua preparação tecnológica, organizativa e logística. Mas, pergunto eu: Qual foi a avaliação que o MECI fez do desastre verificado na realização das provas de aferição em suporte digital no ano passado? Quais as medidas que o MECI protagoniza para fazer face às dificuldades devido à falta de equipamentos necessários para a realização das próximas provas-ensaio?

Importa aqui referir que a FENPROF se manifestou contra a aplicação universal destas provas, tendo defendido que se deveriam realizar por amostragem, permitindo na mesma eficiência na avaliação e regulação do Sistema Educativo. O mesmo defende para estas provas

ModA que as vieram substituir.

Mas o que é importante de destacar nesta informação do IAVE é a criação de uma “bolsa solidária de professores classificadores”, constituída por professores previamente indicados pelos diretores dos Agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas! Mais não se trata do que impor hierarquicamente trabalho extraordinário aos docentes contemplados com estas funções. A aferição passa a avaliação externa, mas a ModA continua a ser trabalho não remunerado.

Para combater esta insistência do MECI em sobrecarregar ainda mais os horários dos docentes, em boa hora a FENPROF decretou pré-avisos de greve a todo o trabalho de realização e correção das designadas provas-ensaio, bem como outras eventuais tarefas diretamente decorrentes das mesmas.

Ora, se se verifica já, a propósito das provas de ensaio, este abuso na sobrecarga de trabalho dos docentes, o que se poderá esperar na aplicação universal das provas ModA e exames nacionais a realizar entre 19 de maio e 6 de junho? Não resta outro caminho aos professores. Adirir à greve convocada pela FENPROF a este inusitado trabalho solidário.



Concentração CED D. Maria Pia de Lisboa

Trabalhadores reivindicam melhores condições de trabalho



Carla Correia | Delegada sindical



Gabriela Barros | Dirigente sindical

No dia 13 de janeiro, os trabalhadores do Centro de Educação e Desenvolvimento (CED) D. Maria Pia da Casa Pia de Lisboa concentra-

ram-se à porta do estabelecimento, para reivindicar melhores condições de trabalho para o exercício da profissão, exigindo uma escola pública de qualidade, que disponha dos recursos necessários para o cumprimento das suas funções.

Após vários plenários com os trabalhadores, o SPGL tem alertado a Direção do CED e o Conselho Diretivo da CPL para a falta de Assistentes Operacionais/Técnicos, situação que se tem agravado ao longo dos anos e resultado numa maior sobrecarga para os docentes. A crescente falta de professores, a atribuição de tarefas não contempladas no horário e/ou conteúdo funcional dos trabalhadores, a falta de acompanhamento dos alunos e o

consequente ambiente de insegurança dentro do espaço escolar têm deteriorado as condições de trabalho.

Os cartazes com palavras de ordem e de denúncia expressaram o cansaço e a desvalorização sentidos pelos trabalhadores, que reafirmaram a intenção de continuar a luta enquanto não forem garantidos os recursos necessários para cumprir, efetivamente, a Missão da CPL.

Cabe à Instituição e ao Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social garantir às crianças, jovens e famílias, que a escola seja um lugar de paz, conforto, aprendizagem, respeito e inclusão. Lugar onde os sonhos são estimulados e os futuros garantidos todos os dias. ●





Greve IPSS / Concentração CNIS

Trabalhadores docentes das IPSS em Greve



Pedro Nunes | Dirigente SPGL - EPC

No dia 22 de janeiro realizou-se uma greve nacional dos trabalhadores das IPSS e uma concentração de dirigentes sindicais e trabalhadores (incluindo docentes) junto à sede da CNIS, no Porto. Organizada por vários sindicatos, incluindo a FENPROF, esta iniciativa teve como mote o descontentamento destes trabalhadores face ao impasse na revisão do Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) do setor.

Entre as várias reivindicações dos trabalhadores docentes salienta-se o aumento justo e digno dos salários e

a eliminação de uma norma que vigora até hoje, desde 2006, impedindo a progressão na carreira dos educadores de infância em creche.

Contrariamente ao que a CNIS argumenta, estes profissionais têm o mesmo conteúdo funcional que os educadores a exercerem no pré-escolar e prestam igualmente serviço docente, conforme o próprio Ministério da Educação reconhece.

Basta de discriminação!

O SPGL e a FENPROF não desistiram de lutar por um CCT que valorize os docentes.

Uma só profissão, os mesmos direitos! ●

Escolas Profissionais

Somos todos professores!

Margarida Caldeira | Dirigente sindical - EPC

Em 1989, foram criadas, em Portugal, as Escolas Profissionais. O DL 26/89 de 21 de janeiro defendia a “implementação de uma rede de escolas profissionais, de iniciativa eminentemente local”, tendo em vista “a elevação da qualificação dos recursos humanos do País” como “imperativo e investimento inadiável.” Este “investimento inadiável” foi assumido pelas Escolas Profissionais, durante mais de 15 anos, até que, em 2005, os Cursos Profissionais foram introduzidos de forma massiva nas escolas secundárias públicas. Ainda assim, o trabalho destas Escolas continuou a ser fundamental, existindo, atualmente, mais de 200 em todo o país, porque continuam a ser necessárias.

Ao longo de 35 anos, estabeleceram-se sólidas parcerias locais, regionais e nacionais, preparando os jovens como profissionais para o mercado de trabalho, mas também para o Ensino Superior. Durante este período, as Escolas Profissionais privadas passaram por uma mudança de regime jurídico, em 2014, e por diferentes fontes de financiamento, nacionais ou europeias, sofrendo com a instabilidade das sucessivas alterações. Ainda assim, mantiveram sempre o foco na formação e qualificação de milhares de jovens, criando ligações com a comunidade e com o tecido empresarial, numa cultura de escola que tem acreditado nos seus alunos, o que tem sido amplamente reconhecido e com resultados comprovados pelas estatísticas. Este sucesso advém do empenho, dedicação e profissionalismo de centenas de professores, apoiados por técnicos e pessoal não docente, que, apesar de todas as contrariedades, nunca desistiram dos seus alunos.

Durante três décadas, os professores das Escolas Profissionais privadas estiveram “em terra de ninguém”, em termos de carreira. Uma escola tinham como referência o setor público, outras usavam como referência o CCT do Ensino Particular e Cooperativo e outras havia que se regiam como entendiam. Estes professores não tinham uma carreira.

Texto completo

<https://www.spgl.pt/escolas-profissionais-somos-todos-professores>





Plenário Nacional Ensino Artístico Especializado Privado

Pedro Nunes | Dirigente sindical

No dia 1 de fevereiro os docentes do Ensino Artístico Especializado do Ensino Particular e Cooperativo (EAE/EPC) reuniram-se em Plenário Nacional para discutirem questões relacionadas com a sua situação profissional e os Contratos de Patrocínio.

Este setor ainda atravessa uma situação de muita precariedade, com baixos salários e horários de trabalho letivo discriminatórios face aos seus colegas do EPC, que em muito se devem ao modelo de financiamento inadequado que perdura desde 2015 e que prejudica, principalmente, os professores com mais antiguidade, sendo este um obstáculo para uma negociação coletiva mais justa e equilibrada.

Este cenário ficou patente nas intervenções dos colegas do EAE, que demonstraram repetidamente a sua revolta, não estando dispostos a manterem-se como um dos parentes pobres do EPC.

A resolução aprovada por unanimidade no Plenário tem, como princípios, melhorar as condições de trabalho e carreira, alterar o modelo de financiamento no setor e valorizar a profissão. ●

Investigação científica Plenário de investigadores e trabalhadores científicos da Grande Lisboa discute combate à precariedade

No dia 6 de fevereiro, na FCSH, realizou-se um plenário de investigadores e trabalhadores científicos da Grande Lisboa, que contou com a participação de mais de 50 pessoas. Este plenário teve uma organização conjunta dos Núcleo de Investigadores/as e Gestores/as de Ciência da FCSH, Núcleo de Investigadores do ISCTE, Núcleo de Investigadores do IST – NInTec, Núcleo de Investigadores do IPMA, Núcleo de Investigadores da FCUL, Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESUP) e Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) / FENPROF.

Várias vozes deram conta de situações graves a ocorrer em várias instituições, muitas relacionadas com inúmeros contratos de trabalho celebrados ao abrigo do Decreto-Lei 57/2016, alterado pela Lei 57/2017, que já terminaram ou estão prestes a terminar. Os vários testemunhos demonstraram a diversidade da situação laboral destes trabalhadores com vínculos precários, relativamente a:

. Tempo de serviço que têm cumprido a suprir necessidades permanentes nas suas instituições;

. Estarem contratados seja ao abrigo do direito público - como em várias unidades orgânicas da Universidade de Lisboa -, seja ao abrigo do direito

privado, no regime fundacional - como na Universidade Nova de Lisboa - ou nas instituições privadas sem fins lucrativos (IPSFL);

. Forma como as instituições têm estado a lidar com os termos dos contratos, em vários casos em claro incumprimento da lei.

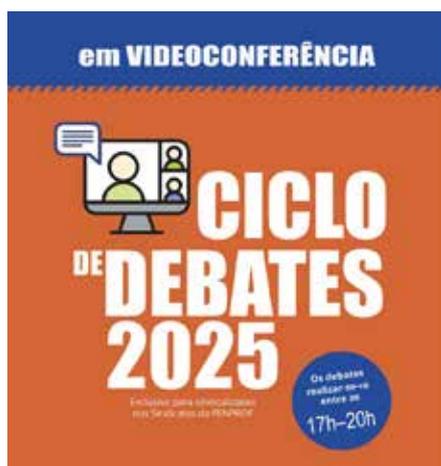
Milhares de investigadores confrontam-se, portanto, com a iminência do desemprego, sem qualquer tipo de solução à vista, sabendo que o programa FCT-Tenure é um “remendo” que não vai pôr fim à precariedade.

Nos próximos meses estarão em discussão na Assembleia da República tanto o novo Estatuto da Carreira de Investigação Científica (ECIC), como o Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). Por isso, os investigadores decidiram trabalhar no sentido de fazer incidir as suas ações de luta nesses dois momentos, centradas nas discussões desses documentos no Parlamento. Pretendem que a pressão exercida sobre o governo e os grupos parlamentares, resulte, nomeadamente, na introdução de um urgente e indispensável Regime Transitório no ECIC, que regularize os milhares de vínculos destes trabalhadores no Sistema Científico e Tecnológico Nacional, como o SPGL e a FENPROF têm vindo a reivindicar.

Participe no abaixo assinado “Pelo direito à carreira na investigação científica”! ●

Participe no abaixo assinado "Pelo direito à carreira na investigação científica!"





Ciclo de Debates FENPROF Cerca de 3000 docentes inscritos

Cerca de 3000 professores e educadores inscreveram-se no Ciclo de Debates promovido pela FENPROF.

Preparar os estudantes para entenderem o mundo ao seu redor não é tarefa fácil e exige outra atitude da escola. Ademais, há que encontrar metodologias que ofereçam ao professor formas acolhedoras e eficientes de corresponder aos diferentes ritmos de aprendizagem e necessidades educativas e formativas. Estas são preocupações que estarão presentes neste que é o quinto Ciclo de Debates promovido pela FENPROF e que, este ano, bate o recorde de inscrições, com umas impressionantes 3000, mais do dobro em relação ao de 2024, que fora o mais concorrido, até então.

Mas há outras questões, de elevada importância, que estarão presentes neste ciclo de sete debates que também constitui um curso de formação devidamente certificado pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua de Professores.

Os dinamizadores e formadores dos debates são mais de duas dezenas.

Esta é mais uma importante iniciativa que a FENPROF presta aos docentes associados dos seus Sindicatos de Professores, no caso específico, no âmbito da formação.

Mais informação poderá ser obtida em www.fenprof.pt/ciclo-de-debates-2025 ●

2025 Jornadas Pedagógicas

DIREÇÃO REGIONAL DE LISBOA



SPGL . SINDICATO DOS PROFESSORES DA GRANDE LISBOA | membro da FENPROF

Jornadas Pedagógicas, hoje



Paula Rodrigues | Dirigente SPGL
(GT Jornadas Pedagógicas)

As Jornadas Pedagógicas de 2025, da Direção Regional de Lisboa do SPGL, estão a decorrer com uma forte adesão por parte dos sócios.

Tendo iniciado a 23 de janeiro e estendendo-se até 31 de maio, realizaram-se duas ações, “Inteligência Artificial – Utilização do CHAT GPT como ferramenta educativa e de produtividade” e “Introdução à Programação com Scratch”. Neste momento, está a decorrer a formação “Suporte Básico de Vida Pediátrico e Primeiros Socorros”.

Praticamente estão esgotadas todas as ações e visitas, sendo que, em duas, foi já atingido o limite máximo de

inscrições, “O Brincar, a Ciência e a Experiência” e “Vamos falar sobre Autismo”, assim como na visita “Gentrificação e Turistificação em Lisboa”.

Esta participação dos sócios nas jornadas resulta, naturalmente, da necessidade de formação dos docentes para efeitos de progressão na carreira, da recuperação do tempo de serviço, mas também resulta do desejo de saber mais, do reconhecimento do interesse e atualidade dos temas, da excelência dos formadores e guias e da formação disponibilizada pelo SPGL desde sempre.

Com efeito, as jornadas pedagógicas continuam a ser um espaço de sensibilização e atualização do conhecimento científico e pedagógico, de reflexão, debate de ideias, cultura e de convívio de que os docentes necessitam, enquanto profissionais e enquanto pessoas interventivas. ●



[Mais informações](#)

perguntascomresposta

PERGUNTAS

Por quantos períodos de tempo, turnos, pode ser distribuído o serviço docente?

O serviço docente não deve ser distribuído por mais de dois turnos por dia, artigo 7.º, n.º 8, Despacho Normativo n.º 10-B/2018. Existem três períodos de trabalho, manhã, tarde e trabalho noturno. A maioria dos horários de trabalho docente é organizada de forma a cumprir os horários letivos manhã e tarde. Os docentes estão obrigados a um cumprimento médio de 7 horas diárias (inclui CL, CNLE e/ou CNLI), todavia, o docente não pode lecionar mais de 6 horas letivas consecutivas. Com efeito, a norma não

define qual o início e o termo de cada turno, na medida em que cada horário é individual e o intervalo de descanso variável de trabalhador para trabalhador. Assim o que regula cada turno é o cumprimento de período de trabalho com intervalo de descanso, isto é, a interrupção do período diário de trabalho.

Quando inicia e termina cada turno?

Do artigo 78.º do ECD, n.º 3, resulta que não é permitida a distribuição ao docente de mais de seis horas letivas consecutivas. Assim, pode entender-se como turno o início da prestação de trabalho na escola em cada dia e o intervalo de descanso. Neste sentido, não está definido o início e termo dos

turnos precisamente pela impossibilidade legal e factual, isto é, da distribuição de serviço a cada docente.

O que é considerado trabalho noturno?

O trabalho noturno é o compreendido entre as 22 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte para efeitos do cálculo compensatório e a majoração da componente letiva artigo 84.º, n.º 2 do ECD conjugado com o artigo 223.º do Código de Trabalho, por via do artigo 101.º da LTFP conforme artigo 223.º da LTFP. Se o trabalho noturno for exigido, a previsão deve constar do comtrato ou da organização do horário aprovado pela direção da escola. ●

Elisabete Zagalo | Dirigente SPGL

legislação



I Série

Decreto-Lei n.º 74/2024

Procede à alteração das regras de atualização das pensões atribuídas pelo sistema de segurança social e pela Caixa Geral de Aposentações estabelecendo como princípio a atualização do valor da pensão a partir do ano seguinte ao do início da pensão.

Lei n.º 45/2024

Interpretação autêntica do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 60/2005, de 29 de dezembro, que estabelece mecanismos de convergência do regime de proteção social da função pública com o regime geral da segurança social no que respeita às condições de aposentação e cálculo das pensões.

Portaria n.º 358/2024/1

Determina a idade normal de acesso à pensão de velhice em 2026.

Portaria n.º 372-B/2024/1

Procede à atualização anual das pensões e de outras prestações sociais.

Portaria n.º 6-B/2025/1

Procede à atualização anual do valor do indexante dos apoios sociais (IAS).

Decreto-Lei n.º 1/2025

Altera a base remuneratória e atualiza os

valores das remunerações e ajudas de custo da Administração Pública.

Portaria n.º 22/2025/1

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 242/2012, de 10 de agosto, que define o regime de organização e de funcionamento dos cursos científico-humanísticos de nível secundário de educação, na modalidade de ensino recorrente, e estabelece os princípios e os procedimentos a observar na avaliação e na certificação dos alunos dos referidos cursos.

Decreto-Lei n.º 7/2025

Estabelece o regime específico de posicionamento dos alunos que estejam abrangidos pela escolaridade obrigatória portuguesa e sejam titulares de habilitações conferidas por sistemas educativos estrangeiros ou por programas educativos internacionais.

Decreto-Lei n.º 9-A/2025

Altera o Decreto-Lei n.º 79/2014, de 14 de maio, que aprova o regime jurídico da habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, e o Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, que estabelece o regime jurídico da formação contínua de professores.

II Série

Despacho n.º 14526/2024

Aprova o calendário, para o ano letivo de 2024-2025, das provas de Monitorização da Aprendizagem, das provas finais do ensino básico, das provas de equivalência à frequência do ensino básico, dos exames finais nacionais do ensino secundário e das provas de equivalência à frequência do e. sec.

Despacho n.º 236-A/2025

Aprova as tabelas de retenção na fonte sobre rendimentos do trabalho dependente e pensões auferidas por titulares residentes no continente para vigorarem durante o ano de 2025.

Despacho n.º 656/2025

Autoriza a realização de procedimentos concursais para o recrutamento de até 287 mediadores linguísticos e culturais, no âmbito do plano de recuperação e de melhoria da aprendizagem «Aprender Mais Agora».

Despacho n.º 1452/2025

Cria grupo de trabalho para propor medidas tendentes à reforma da Segurança Social.

Parecer n.º 4/2025

Divulga o parecer sobre a alteração ao Decreto-Lei n.º 55/2018, de 6 de julho. ●

Contratação coletiva



Virgílio Teixeira | Advogado

Entre o fraco e o forte a Lei liberta e a liberdade oprime. Esta frase atribuída a Lacordaire resume a ideia que fundamenta a autonomia do Direito do Trabalho relativamente ao Direito Civil. Neste prevalece a autonomia da vontade e as partes são colocadas num plano de igualdade. No Direito do Trabalho é reconhecido que uma das partes, o trabalhador, encontra-se numa posição de dependência, que exige proteção legal.

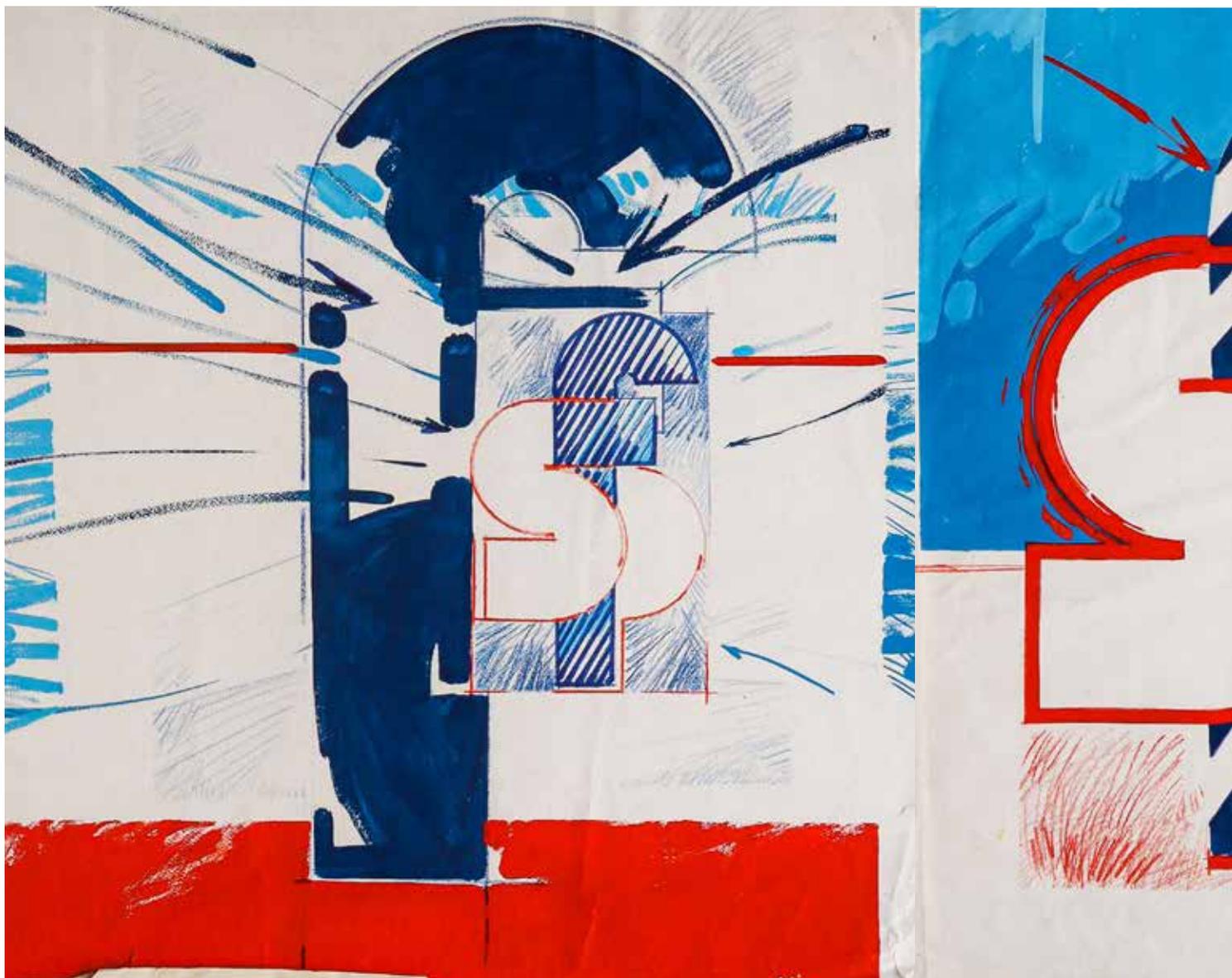
Tendo em conta o princípio da confiança, consagrado no artigo 2.º da Constituição, e o facto de o Estado ter, como tarefa fundamental, entre outras, a promoção do bem-estar e a qualidade de vida do povo e a igualdade real entre os portugueses, bem como a efetivação dos direitos económicos, sociais, culturais e ambientais, mediante a transformação e modernização das estruturas económicas e sociais, é justo que a atividade legislativa tenha como objetivo primordial responder às legítimas expectativas do povo, contribuindo de forma decisiva para o progresso social.

Neste quadro constitucional e por entender o papel determinante da contratação coletiva no âmbito do Direito do Trabalho, a Constituição consagra esta fonte normativa no artigo 56.º, remetendo para a lei ordinária a sua regulamentação.

Em 2003, com a aprovação do Código do Trabalho, foi alterado o regime

legal da contratação coletiva. As alterações introduzidas, para além de desrespeitarem o já referido princípio da confiança (no sentido em que o Estado legisla para criar melhores condições de vida ao povo, aprofundando os direitos fundamentais e assegurando o seu exercício), também se afastam do cumprimento da tarefa fundamental do Estado acima indicada. De todas as alterações efetuadas destacam-se, pela sua evidente desadequação com o texto constitucional, a caducidade da convenção coletiva e o princípio da filiação.

Os malefícios provocados por estas duas regras no processo da contratação coletiva podem ser invertidos se o Estado, no exercício do poder legislativo, elaborar um conjunto de objetivos a alcançar pela contratação coletiva num determinado período de tempo, que tenham em conta as propostas apresentadas pelos sindicatos, respeitando a representatividade de cada um deles. A aplicação de medidas corretivas desta natureza no âmbito da contratação coletiva em que intervém o Sindicato dos Professores da Grande Lisboa (SPGL) contribuirá para uma melhoria das condições de trabalho, incluindo as remuneratórias, para os docentes que exercem funções no ensino privado e acelera o caminho para o paralelismo das carreiras destes docentes com as carreiras dos colegas que exercem funções no ensino público. ●



Estudos para o cartaz do Congresso Constituinte da FENPROF - Federação Nacional dos Professores, realizado em abril de 1983, com o lema «Construindo a força de estarmos unidos»

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF) é uma organização sindical nacional constituída por sindicatos representativos dos docentes de todos os setores e níveis de ensino público e privado em Portugal e dos investigadores. Os membros da Federação são os Sindicatos da Grande Lisboa (SPGL), dos Professores no Estrangeiro (SPE), da Madeira (SPM), do Norte (SPN), da Região Açores (SPRA), da Região Centro (SPRC) e da Zona Sul (SPZS).

Criada em 1983, a Federação Nacional dos Professores (FENPROF) visa reforçar os Sindicatos dos Professores e defender, por todos os meios ao seu alcance, os direitos, interesses e aspirações dos docentes, investigadores e técnicos de educação, com vista à melhoria das condições de vida e de trabalho e da situação social e profissional dos professores.

O próximo Congresso da FENPROF — órgão deliberativo máximo da Federação, constituído por delegados eleitos para o efeito nos sindicatos filiados e por delegados por inerência de funções —, terá lugar nos dias 16 e

17 de maio de 2025, no Fórum Lisboa, em Lisboa, sob o lema «Valorização, já! Por uma profissão com futuro e uma Educação pública de qualidade!».

De acordo com os estatutos da FENPROF, compete ao Congresso, que reúne ordinariamente de três em três anos, entre outras questões:

- Proceder ao balanço do conjunto da atividade da Federação;
- Fazer o ponto da situação geral do movimento sindical docente num dado período;



16 e 17 de maio 2025 | Fórum Lisboa

Congresso Nacional dos Professores

VALORIZAÇÃO, JÁ!

Por uma Profissão com Futuro e uma Educação Pública de Qualidade!



fenprof.pt | fb.com/fenprof.portugal | YouTube (@fenprof-informação comunicacao)

- Aprovar o Plano de Ação da Federação;

- Deliberar sobre linhas gerais de orientação para a atividade sindical da Federação, bem como assumir opções nos domínios da política educativa e da profissão docente.

Num momento em que a profissão, a Escola Pública, a Educação e a Ciência reclamam medidas de valorização, o 15.º Congresso Nacional dos Professores (FENPROF), adquire especial relevância.●

Documentos/Regulamentos de Eleição de Delegados:



www.spgl.pt/15o-congresso-fenprof

- 15.º Congresso Nacional Professores
- Eleição de Delegados no SPGL
- Direção Regional de Lisboa
- Direção Regional do Oeste
- Direção Regional de Santarém
- Direção Regional de Setúbal
- Departamento de Professores e Educadores Aposentados
- Professores e Educadores Desempregados
- Departamento do Ensino Particular e Cooperativo, Misericórdias e IPSS
- Departamento do Ensino Superior e Investigação
- Professores e Educadores a exercer Fora das Regiões

Ação de Formação

Irene Lisboa, um pensamento pedagógico inovador

Ligia Calapez e Sofia Vilarigues | Jornalistas

O pensamento pedagógico de Irene Lisboa e as características ímpares da sua escrita foram o tema da ação de formação de curta duração “O carácter inovador do pensamento pedagógico de Irene Lisboa”, do Centro de Formação do SPGL, integrada no ciclo de debates Direitos Humanos e Educação.



A iniciativa teve lugar no passado dia 9 de dezembro, online, com Jorge da Cunha e Paula Morão, moderada por Artur Baptista.

Lisboa, em particular um cuidadoso trabalho com a pontuação. Uma pontuação que, nas palavras da oradora, “acompanha o ritmo do pensamento a desenvolver-se”.

Entre a obra literária e a experiência pedagógica

“... elas vinham cá para fora com as crianças, que era uma coisa que ainda não se fazia na época (...) E passaram o verão inteiro a fazer materiais didáticos (...) E mandaram fazer também, pela primeira vez em Portugal, as mobílias que hoje são banais - as mobílias pequeninas, as cadeiras e as mesas. Foram elas que introduziram isso na escola em Portugal.” (referência de Paula Morão à experiência de Irene Lisboa e Ilda Moreira, na escola do Alto da Ajuda, no seu regresso da Europa (1929-1932), onde teve a possibilidade de conhecer o que então de novo se fazia em termos de pedagogia).

Paula Morão sublinhou, ainda, a especificidade do estilo literário de Irene

“A mais importante educadora”

“Eu começo com uma ideia que nos deixou o professor Sampaio da Nóvoa, que disse que Irene Lisboa é a mais importante educadora na história do ensino e da pedagogia em Portugal”, afirmou o professor Jorge da Cunha. Com algumas frases da educadora, Jorge da Cunha deu a conhecer um pouco do pensamento e a forma de escrita de Irene Lisboa. Como, “A escola prepara para a vida (...) Preparar para a vida (...) é fazer viver num meio grato, propenso ao desenvolvimento integral do indivíduo”.

Irene Lisboa contribuiu, concluiu, “para a difusão das pedagogias ativas em Portugal, ainda hoje muito úteis para se pensar a educação”. ●



Texto completo

www.spgl.pt/irene-lisboa-um-pensamento-pedagogico-inovador



Prevenção da violência no namoro



Albertina Pena | Dirigente sindical

Dia 14 de fevereiro, Dia dos Namorados, é também dia de alertar para a violência que pode acontecer nas relações de namoro e da qual nem sempre damos conta. Os factos, os números e as atitudes não nos podem deixar indiferentes perante esta realidade que muitas vezes está encapotada e que urge desmistificar para prevenir e combater.

A Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, no estudo nacional sobre a violência no namoro apresentado em 2024, revela que 68,1% dos inquiridos não consideram violência algum tipo de comportamento abusivo. Do conjunto destes comportamentos abusivos fazem parte controlo, violência psicológica, violência sexual, perseguição, violência através das redes sociais e violência física. Por outro lado, 63% dos inquiridos já experienciaram na sua relação de namoro, pelo menos, algum tipo de vitimização.

Estes resultados evidenciam a importância da prevenção da violência de género em contexto escolar. O conhecimento

destas situações e as formas de agir permite às e aos jovens uma maior autonomia, e a vivência de relações saudáveis. O grupo de trabalho para a igualdade do SPGL reeditou um “Quantos Queres” que pode ajudar a identificar situações que configuram violência no namoro, de modo a consciencializar crianças e jovens para o problema e para a necessidade de promover relações saudáveis. Para além de ser uma atividade lúdica, este “jogo” permite ajudar a identificar atos de violência no namoro, e permite aos docentes trabalhar com os discentes esta temática de forma a agir de forma preventiva.●

[Descarregar "Quantos-quires"](#)



Conferência Nacional da Interjovem



Eduardo Jordão | Dirigente sindical



No dia 23 de janeiro, o SPGL marcou presença na Conferência Nacional da Interjovem, realizada no Grande Auditório do ISCTE.

Nesta conferência foram denunciadas as más condições de trabalho a que os jovens estão sujeitos e das quais os jovens professores não escapam.

Estes professores enfrentam a preca-

riedade (patente no facto de mais de 22000 horários terem sido preenchidos por docentes com vínculos precários), os baixos salários (que não permitem encontrar casa nas áreas onde a falta de professores é maior), a necessidade de se deslocarem para longe da sua área de residência, horários de trabalho que ultrapassam, em muito, as 35 horas semanais, turmas

sobrelotadas, entre outros problemas. Mas, para todas estas questões, foi apontada uma solução: a luta organizada e consequente! Só assim é possível defender a escola pública dos ataques que tem sofrido, criar uma profissão atrativa e que ofereça aos jovens boas condições de trabalho e perspetivas de futuro. ●



Que papel temos nós, que podemos fazer nas escolas?

Ligia Calapez | Jornalista

O paradigma que estamos a viver é o do ódio, da agressividade. Como é que alteramos este paradigma? Esta uma das questões colocadas no debate que envolveu os professores presentes na conversa que teve lugar em 9 de janeiro, na sede do SPGL, sobre “Em contexto de guerras, os direitos humanos e o acesso à educação”. Com intervenções de **Manuela Mendonça**, presidente do Conselho Nacional da FENPROF, **António Avelãs**, dirigente sindical do SPGL e **Isabel Camarinha**, do CPPC. Intervenções e debate em que se tentou apontar as respostas possíveis, sublinhando que a luta pela paz, e a ideia de que a paz é possível e necessária, é uma coisa que nós não podemos perder. Fazendo cada um a sua parte, travando desenvolvimentos e organizando respostas.

Os intervenientes salientaram o papel dos professores e dos sindicatos. Com referência, por **Manuela Mendonça**, a algumas reflexões nesse sentido da Internacional da Educação e, ainda, a “alguns dos princípios que enformam a política da IE nesta vertente dos direitos humanos e do acesso à educação em contexto de guerras”. De destacar algumas propostas concretas, avançadas por **António Avelãs**, para um debate crítico com os alunos sobre as questões da guerra e paz e a sua ligação com os direitos humanos, na perspetiva de que “a paz deve ser apresentada como uma ideia orientadora da ação política”. Foram ainda assinaladas, por **Isabel Camarinha**, ações e iniciativas em defesa da paz, nomeadamente de solidariedade com a Palestina.●



Texto completo

www.spgl.pt/que-papel-temos-nos-que-podemos-fazer-nas-escolas



Manifestação pela Paz

A Manifestação Nacional «Todos juntos pela Paz! É urgente pôr fim à guerra!», realizada no dia 18 de janeiro, juntou milhares de pessoas no Cais do Sodré que desfilaram até ao Largo do Rossio, em Lisboa, para pedir o fim de todos os conflitos no mundo e uma política de paz. Integrando a comitiva do SPGL e dos sindicatos da FENPROF, vários professores, educadores e investigadores participaram nesta importante iniciativa.

A situação internacional apresenta-se complexa e perigosa. O genocídio em marcha do povo Palestino por parte de Israel e a conseqüente desestabilização do Médio Oriente, a crescente escalada armamentista e retórica belicista na Europa, as provocações e ingerências por todo o mundo, demonstram a necessidade de uma resposta política na resolução dos conflitos, da urgência do

caminho pela paz, a solidariedade e a cooperação, de acordo com o direito internacional, a começar pela Carta das Nações Unidas.

As conseqüências da guerra têm efeitos devastadores para os trabalhadores e para os povos, tanto na perda de vidas, na destruição de infraestruturas, de devastação do emprego, dos efeitos perversos dos bloqueios e sanções. Se para os trabalhadores vão tostões, para a indústria do armamento e para a guerra vão milhões. Tal como sugeriu o Secretário Geral da NATO, o governo português retira o que faz falta na saúde, na educação, na habitação para apostar na militarização, no armamento e na guerra.

Também porque o povo e os trabalhadores são sempre os principais afetados nos conflitos, a situação exigiu e continua a exigir uma firme e corajosa luta pela paz!●

Encontro pela Paz

Na sequência do Apelo à defesa da Paz, saído do III Encontro pela Paz, realizado em 28 de outubro de 2023, em Vila Nova de Gaia, e tendo em conta a evolução da situação internacional — com sérias ameaças à paz e graves conseqüências para os povos —, o CPPC em conjunto com diversificadas organizações sociais, designadamente o SPGL e a FENPROF, decidiram organizar o IV Encontro pela Paz, a realizar a 31 de maio de 2025, no Seixal, sob o lema, «Pela Paz, todos não somos demais! Cumprir a Constituição de Abril!».●

Cessar-fogo permanente!

No dia 18 de fevereiro, professores, educadores e investigadores, participaram na Manifestação realizada no Largo Camões, em Lisboa (CG-TP-IN, CPPC, MPPM, P. Ruído) por um cessar-fogo permanente em Gaza, pelo fim da ocupação da Palestina, pela paz no Médio Oriente!●

Estudo de Eugénio Rosa

Querem desacreditar a Segurança Social para criar mercado para os fundos pensões



Eugénio Rosa | Economista

Capítulos do estudo:

- ♦ A Segurança Social e a CGA são dois sistemas diferentes, com problemas e financiamentos diferentes, que não podem ser “metidos no mesmo saco” como Jorge Bravo e o Tribunal de Contas fazem
- ♦ O Estado deve ao regime contributivo 17047 milhões € por incumprimento da lei de bases da Segurança Social durante 10 anos, que o Tribunal de Contas “esquece” no seu relatório de auditoria
- ♦ O Estado tem financiado as empresas com os descontos e contribuições para segurança social que não cobra
- ♦ O aumento do fundo de estabilização financeiro da segurança (FEFSS) prova a sustentabilidade da Segurança Social
- ♦ Parte dos excedentes da Segurança Social continuam nela, não tendo sido transferidos para o FEFSS
- ♦ O Tribunal de Contas reconhece que o valor atual dos ativos da Segurança Social é suficiente para pagar as responsabilidades futuras já assumidas (pensões que tem de pagar em relação às quais já recebeu os descontos e contribuições).

O relatório sem aderência à realidade e alarmista do Tribunal de Contas sobre a sustentabilidade da Segurança Social que está a causar instabilidade nos atuais e futuros pensionistas e que, conjuntamente com «o livro verde sobre a segurança social» da comissão nomeada pelo anterior governo constituem, objetivamente, ajudas aos que querem desacreditar a segurança social para criar mercado para os fundos de pensões, pois adota as teses de Jorge Bravo um conhecido consultor da Associação dos Fundos de Pensões (AP-FIPP) que foi nomeado pela Ministra do MTSS presidente de um grupo de trabalho para reformar a Segurança Social (a raposa no galinheiro). O Tribunal de Contas acabou de publicar um relatório que designou «Auditoria ao Relatório sobre a sustentabilidade da Segurança Social». Logo à partida o título é enganador pois apesar de afirmar que é uma auditoria aos relatórios da sustentabilidade da Segurança Social que acompanham o Orçamento do Estado de cada ano, no entanto «mete no mesmo saco», sem o explicitar no título, também a CGA para assim tirar conclusões que não são verdadeiras em relação à Segurança Social. Desta forma enganadora criou instabilidade nos atuais e futuros pen-

sionistas da Segurança Social o que foi aumentado com as notícias divulgadas pelos media por jornalistas e comentadores que revelam ou não terem lido o relatório de auditoria ou desconhecerem a diferença entre Segurança Social e CGA.

Este relatório vem-se juntar a um outro elaborado por uma comissão nomeada pelo governo anterior (Ana Godinho/Costa), com o título «Livro Verde da Segurança Social», que esteve em debate público em dezembro de 2024, mas que passou despercebido a muita gente, cujas propostas, se fossem implementadas, destruiriam a Segurança Social pois, entre várias, defende que os descontos para a Segurança Social fossem desviados para Fundos de Pensões Profissionais constituídos pelas empresas. Este duplo ataque que visa, se tiver êxito, reservar no final à Segurança Social o pagamento de pensões mínimas (próximas do salário mínimo nacional) ficando o resto reservado a fundos de pensões privados exige, até porque não há receitas para manter a segurança social tal como é e criar um mercado lucrativo para fundos de pensões privados, um alerta e a sua desconstrução. É o que vamos fazer neste estudo. ●

Estudo completo em:
www.eugeniorosa.com





Formação de Professores

O atual contexto de falta de professores não pode ser justificção para desvalorizar a formação de professores e o reconhecimento da habilitação profissional para a docência. Pelo contrário, deve ser uma oportunidade para valorizar a formação dos que já hoje exercem e atrair novos educadores e professores. Naturalmente, estes aspetos não podem também ser desligados da luta de todos os dias pela necessária valorização da carreira docente e o investimento na Escola Pública. ●

Garantir condições para uma formação de qualidade e o reconhecimento da habilitação profissional para a docência



Jorge Gonçalves | Vice-Presidente SPGL

O regime jurídico de habilitação profissional para a docência na educação pré-escolar e nos ensinos básico e secundário, aprovado em 2014, veio estabelecer as condições específicas de ingresso nos mestrados existentes na altura, mas desde então já sofreu alterações em vários momentos, mas sem isso significar valorização e qualidade na formação inicial de educadores e professores. Apesar de assumir que “as melhores práticas e o robusto conjunto de estudos internacionais e de dados recolhidos sobre estas matérias apontam consistentemente para a importância decisiva da formação inicial de professores e para a necessidade de essa formação ser muito exigente, em particular no conhecimento das matérias da área de docência e nas didáticas respetivas”. Não foi esta a realidade à altura e também ainda não o é.

Já em 2022 se tinha seguido o caminho da redução da exigência habilitacional para o exercício da docência com habilitação própria, com vista à facilitação da contratação de escola. Depois, o anterior governo deu o passo seguinte adotando as habilitações próprias estabelecidas para os cursos pós-Bolonha, para ingresso nos mestrados que conferem habilitação profissional. Quando o anterior governo apresentou a proposta de terceira alteração ao regime jurídico de habilitação profissional para a docência, mais uma vez não veio contribuir para a sua melhoria. É certo que, com o objetivo de atrair

à profissão docente mais candidatos, introduziu regras específicas para a aquisição de habilitação profissional para a docência e novamente os estágios remunerados. Mas não respondeu à questão essencial de voltar a ter um modelo que garantisse a qualidade na formação de professores e nem os estágios remunerados chegaram a ser operacionalizados. Mais uma vez, sem discussão alargada e participada.

Quanto à existência de estágios remunerados, o SPGL e a FENPROF defenderam que os professores estagiários fossem tratados como docentes, desde logo em relação à sua responsabilidade sobre as turmas atribuídas, mas também ao contrato de trabalho a celebrar com o Ministério da Educação, ao salário e à consideração do tempo de serviço para todos os efeitos. Já os orientadores de estágio deveriam ter condições para o exercício desta importante função, com direito a uma redução de componente letiva para responder à exigência da função. Mas não era essa a intenção, mas apenas e sem sucesso dar resposta ao problema da falta de professores.

Já com este governo foi anunciada a quarta revisão do regime jurídico da habilitação profissional para a docência. Se era positiva a intenção declarada de separar as questões da formação do problema da existência de alunos sem aulas, isso não justificava a retirada do enquadramento dos estágios

«No concurso externo extraordinário, realizado em 2024, dos 1822 docentes colocados, 893 (49%) tinham habilitação própria, ficando com nomeação provisória e tendo que fazer a profissionalização no prazo de 4 anos. Também nestes casos é necessário assegurar os mecanismos que permitam a sua profissionalização, com soluções assumidas pelo próprio MECI»

remunerados ou a desvalorização dos professores orientadores. Mais uma oportunidade perdida, acompanhada de perspectivas de retrocesso. Como nenhuma das alterações resultou de uma profunda reflexão e alterações estruturais, ficaram também, mais uma vez, por resolver questões

de reconhecimento de habilitações, em particular com critérios diferentes para formações pré e pós-bolonha, assim como, obstáculos no acesso aos mestrados em ensino e condicionalismos no reconhecimento da qualificação profissional para a docência obtida no estrangeiro.

No concurso externo extraordinário, realizado em 2024, dos 1822 docentes colocados, 893 (49%) tinham habilitação própria, ficando com nomeação provisória e tendo que fazer a profissionalização no prazo de 4 anos. Também nestes casos é necessário assegurar os mecanismos que permitam a sua profissionalização, com soluções assumidas pelo próprio Ministério e compatíveis com a manutenção do exercício da docência.

O atual contexto de falta de professores não pode ser justificação para desvalorizar a formação de professores e o reconhecimento da habilitação profissional para a docência. Pelo contrário, deve ser uma oportunidade para valorizar a formação dos que já hoje exercem e atrair novos educadores e professores. Naturalmente, estes aspetos não podem também ser desligados da luta de todos os dias pela necessária valorização da carreira docente e o investimento na Escola Pública. ●





Sara Covas | Dirigente sindical

Iuri Barros, 25 anos, dá aulas de História desde outubro de 2022. Licenciado pelo ISCTE em História Moderna e Contemporânea, vinculou este ano através do Concurso Extraordinário, tendo agora quatro anos para realizar a sua profissionalização.

a VOZ a quem entra

Sara Covas (SC) - Uma das regras do Ministério da Educação para este concurso extraordinário, é seres obrigado a fazer a profissionalização em 4 anos. Para o teu grupo de recrutamento, em Lisboa, existem 15 vagas para o mestrado em ensino, falta saber quantas vão abrir na Universidade de Lisboa. É manifestamente pouco. Como pensas fazer?

Iuri Barros (IB) - Existem Mestrados de Ensino em História na FCSH e na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Nesse sentido, irei inscrever-me nos diversos mestrados que abrirem e irei realizar as necessárias provas de ingresso e caso alguma delas me aceite, irei integrar o mestrado. Admito que ainda não pensei por completo como conciliar o Mestrado com a profissão, mas irei tentar conciliar o máximo possível para que nenhuma das partes (profissão e profissionalização) saiam prejudicadas, o que será complicado.

SC - Não é só a questão do tempo,

é também os mais de mil euros em propinas que se pagam. No meu caso, para conciliar, tive de ter um horário incompleto para conseguir conciliar tudo e com mais despesas.

IB - Sim, exatamente. O mais provável será isso, também eu ter de ficar com horário incompleto enquanto faço Mestrado, o que em termos financeiros prejudica-nos sempre.

SC - Isto se conseguires a facilidade de fazeres estágio e deres aulas na mesma escola. O que não costuma acontecer. Ou seja, é a deslocação para o estágio, depois para a escola e à noite para a faculdade. Não é motivador à primeira vista. O que te leva a lutar pela nossa profissão?

IB - Sim, é verdade! O que me leva a lutar é o facto de ser a profissão que forma os futuros cidadãos do país e que deve ser devidamente valorizada, o que não tem acontecido quer pela classe política, quer pela sociedade civil). ●

Para onde vai a formação inicial de professores?



Manuela Esteves | Professora do Instituto de Educação e Dirigente sindical

Por que razão devem os professores já em exercício, profissionalizados, interessar-se pela formação inicial para a docência?

A formação inicial é um elemento fundamental para (i) a definição e a caracterização da profissão, (ii) a criação de uma cultura profissional comum entre os docentes, (iii) a estima social de que a profissão goza e (iv) a relação que se pretende, tão estreita quanto possível, entre as grandes finalidades e objetivos democratizadores da educação, por um lado, e a ação dos professores, por outro.

É em todos estes sentidos que defendemos que os professores já em exercício e as suas organizações representativas, nomeadamente os sindicatos, não podem alhear-se dos rumos que a formação vai tomando. Da sua promoção e desenvolvimento ou da sua degradação resultam consequências tanto para

os profissionais atuais e futuros e o seu estatuto socioeconómico, como para os alunos e a qualidade do ensino que lhes é ministrado.

A constituição da docência enquanto profissão assenta num conjunto de pressupostos exigentes que permitem distinguir a mesma de um conjunto de outras atividades mais ou menos similares.

Para que uma qualquer atividade possa tornar-se uma profissão (no sentido que a sociologia dá a este conceito, um sentido bem mais restritivo que o atribuído pelo senso comum), é necessário que essa atividade, para além de socialmente útil e remunerada, preencha um conjunto determinado de condições. A formação é uma dessas condições: uma formação baseada num saber especializado adquirido sistematicamente mediante um longo processo de aprendizagem e renovado constantemente ao longo da carreira.

Em Portugal, foi apenas no século XIX que apareceram as primeiras escolas de formação de professores no reconhecimento de que, para se ser professor, não bastava apenas saber a matéria a ensinar e apresentá-la aos alunos.

Hoje, a luta por uma formação profissional específica para a docência está (novamente) na ordem do dia, fruto da inércia e da incompetência de sucessivos governos e governantes que não quiseram impedir o fenómeno de falta de professores qualificados com que nos estamos a debater na corrente década. A solução mais fácil e facilitista passa, agora, por desvalorizar a necessidade de uma formação profissional inicial especializada e por tentar regressar à velha ideia de que a transmissão do conhecimento pelo professor é condição suficiente para que os alunos aprendam. Aliás, chega-se mesmo a querer “aligeirar” essa componente, atualmente designada como formação na área de docência, ou seja, o conjunto de conhecimentos

«os professores já em exercício e as suas organizações representativas, nomeadamente os sindicatos, não podem alhear-se dos rumos que a formação vai tomando. Da sua promoção e desenvolvimento ou da sua degradação resultam consequências tanto para os profissionais atuais e futuros e o seu estatuto socioeconómico, como para os alunos e a qualidade do ensino que lhes é ministrado»

«Hoje, a luta por uma formação profissional específica para a docência está (novamente) na ordem do dia, fruto da inércia e da incompetência de sucessivos governos e governantes que não quiseram impedir o fenómeno de falta de professores qualificados com que nos estamos a debater na corrente» década.

que um professor deve, à partida, deter relativos aos conteúdos a ensinar.

Somos dos que prezam (e muito) o domínio de conhecimentos e saberes de que um professor necessita para poder ensinar, conhecimentos e saberes em constante renovação. Mas não confundimos a ação do professor com a simples transmissão magistral de tais conhecimentos e saberes. Ser professor não é declarar o que se sabe de forma desejavelmente atualizada e rigorosa, mas sim o ser capaz de levar outros, os alunos, a aprender. Todos os alunos. E nisto residem a especificidade da profissão docente, a necessidade de uma formação inicial especializada para o seu desempenho e a articulação entre componentes diversas, tal como os normativos em vigor as consagram (formação na área de docência; formação educacional geral; didáticas específicas; iniciação à prática profissional e prática de ensino supervisionada; formação cultural, social e ética). É nesta ordem de ideias que recusamos que sejam recrutadas para a docência nos ensinos básico e secundário pessoas pelo simples facto de serem investigadoras ou terem concluído um qualquer mestrado ou doutoramento. Isso certamente atesta competências, mas não necessariamente competências docentes.

A formação profissional inicial sendo apenas um dos fatores de definição e afirmação da profissão, tem ainda o poder de intervir e ajudar a configurar todos os restantes fatores dessa definição. Os especialistas da sociologia das profissões coincidem em que as profissões se definem também pelos seguintes aspetos:

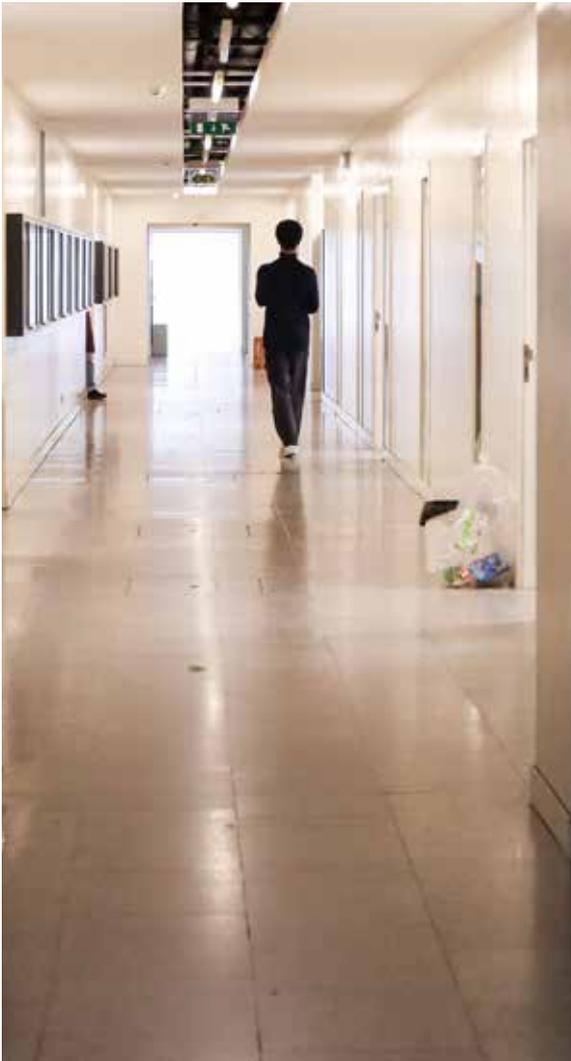
- ♦ A vocação ou motivação, na medida em que a atividade não se guie apenas pela obtenção de uma remuneração, mas também por uma série de expectativas de conduta e valores que se vão reforçando com a formação e acabam por sobrepor-se às motivações extrínsecas (ausência de outras alternativas de emprego, necessidade de um rendimento, etc.);

- ♦ A orientação do serviço, prestado em prol do bem comum, do desenvolvimento da sociedade em geral e daqueles a quem o profissional especificamente serve;
- ♦ A organização, enquanto reconhecimento pela sociedade e pelos próprios praticantes de uma dada atividade, de uma identidade do grupo que os distingue de outros grupos e os leva a organizarem-se coletivamente, a desejar intervir nos mecanismos de acesso à profissão e a zelar pela qualidade do desempenho;
- ♦ A autonomia na tomada de decisões, enquanto capacidade para fazer escolhas, definir o que é melhor para aqueles a quem servem e não se sujeitarem a juízos de leigos pouco ou nada informados sobre a sua ação, autonomia acompanhada da necessária responsabilidade pelas decisões tomadas.

Não é difícil deduzir, no caso dos professores, quanto a formação inicial, dependendo do modo como é pensada e concretizada, pode influir decisivamente sobre a motivação dos futuros profissionais, sobre os valores e princípios éticos que os norteiam, sobre o primado que atribuem aos interesses, necessidades e expectativas dos seus alunos e sobre a autonomia de que se sentem capazes para tomarem decisões.

A formação profissional inicial dos professores pode e deve conduzir à construção de uma cultura profissional comum do corpo docente, para lá da interpretação particular que cada um e cada uma possam fazer dos diversos aspetos dessa cultura e dos modos pessoais como pensam e desenvolvem a sua ação. Tal é condição de aspetos tão relevantes como o desenvolvimento do trabalho colaborativo e a facilitação da entrada na profissão dos novos professores.

«Mas não confundimos a ação do professor com a simples transmissão magistral de tais conhecimentos e saberes. Ser professor não é declarar o que se sabe de forma desejavelmente atualizada e rigorosa, mas sim o ser capaz de levar outros, os alunos, a aprender. Todos os alunos. E nisto residem a especificidade da profissão docente, a necessidade de uma formação inicial especializada»



O caminho de qualquer atividade no sentido da respetiva profissionalização não é fácil, nem linear, nem imune a retrocessos. É, de facto, de retrocessos que estamos agora a falar quando constatamos o teor das decisões políticas adotadas para tentar colmatar a falta de professores devidamente qualificados e a sobrecarga de trabalho imposta aos professores nas escolas para disfarçar o problema. Ao refletir sobre a formação inicial, importa não esquecer que, a par da formação formal, há a considerar a formação não formal e a informal. A formação não formal designa aquelas aprendizagens que cada professor faz ao trabalhar com os alunos e com os pares, em espaços e tempos que não estavam previstos para a formação docente, mas que, entretanto, a produzem, de tal forma que alguns professores, exagerando, dizem que tudo o que sabem o aprenderam com os alunos e os colegas. A formação informal designa o património cultural de que cada um é portador por viver num dado tempo e numa dada sociedade, ter sido educado numa dada família e ter desenvolvido determi-

nados interesses. Se adotarmos esta perspetiva abrangente de formação inicial, a formação formal, organizada em cursos, torna-se um objeto muito complexo quando se pretende integrar e potenciar as três vertentes.

O trajeto da formação inicial de professores em Portugal é já longo. Assinalamos como mudanças principais registadas desde o 25 de Abril, as seguintes:

- A sucessiva elevação do nível académico da formação (diploma do magistério primário, bacharelato ou licenciatura, mestrado);
- A ampliação das dimensões contempladas pela formação (incorporação de conhecimentos provenientes da investigação em ciências da educação; participação na organização da escola e na vida da comunidade; participação na política educativa), a par naturalmente ao primado dado ao trabalho com os alunos, em sala de aula;
- A diversificação de modelos, métodos e técnicas de formação de acordo com as opções das diferentes instituições de ensino superior que ministram a formação.

Mediante este trajeto, nem sempre tão rápido quanto desejado, foi possível atingir níveis de profissionalização dos professores muito assinaláveis. A título de exemplo, enquanto em 1974 apenas cerca de 18% dos professores do CPES/ES eram profissionalizados, essa condição passou a ser a de mais de 90% dos professores dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário em exercício no dobrar do milénio.

Todos sabemos quanto a profissionalização é condição necessária (ainda que não suficiente) para o acesso à carreira, com a inerente melhoria da situação remuneratória e maior garantia e estabilidade do emprego.

Olhando o presente e o futuro da formação inicial numa perspetiva qualitativa, há alguns problemas que merecem especial atenção se quisermos ter novos professores cada vez mais qualificados e competentes.

Mencionamos, em primeiro lugar, porque lhe atribuímos a máxima importância, o papel da prática pedagógica supervisionada nos currículos dos cursos que preparam para a docência.

Formalmente, nos cursos de formação inicial de educadores de infância e de professores dos 1º e 2º ciclos do ensino básico, esta componente está presente do primeiro ao último ano de estudos, designada como “iniciação à prática profissional”, na licenciatura, e como “prática de ensino supervisionada”, no mestrado. Nos cursos de mestrado em

ensino do 3.º ciclo e do ensino secundário (formação bi-etápica), a prática de ensino supervisionada tem lugar durante os dois anos do curso.

Porém, ainda não é plenamente reconhecido o valor formativo que a prática pedagógica tem em si mesma. São relativamente diminutos os tempos de intervenção direta dos formandos junto dos alunos, constituídos pela preparação / planificação da ação, a sua concretização e a avaliação dos resultados alcançados. O papel reservado aos formandos tem sido mais o de observadores do que o de atores num dado contexto escolar e letivo. A prática de ensino é, por vezes, ainda percecionada como um espaço de aplicação de teorias mais ou menos bem fundamentadas, tomando o professor principalmente como um técnico. Ora, a nosso ver, deveria ser a partir da prática contextualizada e dos problemas que ela levanta que as teorias deveriam ser chamadas, de modo a contribuir para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem e para uma reflexão profissional aprofundada. Um processo desta natureza deveria estar espelhado nos relatórios de conclusão dos cursos, apresentados pelos formandos e sujeitos a discussão pública.

Há muitos outros aspetos críticos da formação inicial merecedores de atenção e discussão que aqui

não desenvolveremos. A título de exemplo: o modelo ou modelos de formação; os métodos e técnicas usados pelos formadores; o papel e o estatuto dos professores cooperantes; a iniciação dos formandos em metodologias de investigação; a incorporação das tecnologias digitais na formação; a formação ética e deontológica dos futuros professores.

Esperamos ter demonstrado que a defesa da profissão e a sua valorização também passam por todos estarmos atentos ao que se passa na formação inicial e implicados na sua discussão. ●

«É, de facto, de retrocessos que estamos agora a falar quando constatamos o teor das decisões políticas adotadas para tentar colmatar a falta de professores devidamente qualificados e a sobrecarga de trabalho imposta aos professores nas escolas para disfarçar o problema.»

A entrada dos novos professores no sistema educativo

Que Desafios e Respostas?



Joaquim Raminhos | Ex-Diretor do Centro de Formação de Escolas do Barreiro e Moita

Hoje, levantam-se novos desafios

à Escola, em diversas frentes, quer em termos estruturais, quer no âmbito de dinâmicas relativas ao ato educativo, que são determinantes para que a Escola corresponda às expectativas dos alunos, da comunidade e da sociedade onde estamos inseridos.

A “entrada” de novos professores ao Sistema Educativo exige uma reflexão atenta sobre questões

que se colocam em relação à prática docente, onde se entrosa a componente científica com as dinâmicas da componente pedagógica e que estão presentes em simbiose no decorrer do ato educativo.

Identificando o papel da Escola como um pilar fundamental no fortalecimento da nossa Democracia, para uma abordagem da educação e a formação dos nossos alunos enquanto cidadãos críticos e partici-

pativos na vida em sociedade, é incontornável dar respostas adequadas aos desafios que se colocam atualmente à Educação.

Perante os tempos de mudança em que vivemos, a cultura de escola a implementar deve corresponder à velocidade em que ocorre o conhecimento, tendo presente as fontes e os instrumentos de saberes que são disponibilizados aos nossos alunos.

É neste contexto que a Escola deve repensar a sua organização e a valorização dos seus recursos humanos, nomeadamente a preocupação em incidir na dignificação da profissão docente, de modo a que o ato educativo corresponda cada vez mais às necessidades e expectativas dos alunos, assim como ao bem-estar profissional dos docentes.

Conforme é referido na legislação de 2018, a escola da inclusão exige que o processo de ensino aprendizagem envolva toda a escola, de forma a que se possa responder aos diferentes ritmos de aprendizagem dos discentes.

Aos novos professores que agora estão a entrar no Sistema Educativo devem ser criadas condições que proporcionem a conjugação de todo o seu potencial de saberes e experiências profissionais com o entendimento e as exigências da cultura de escola de hoje, realçando-se as práticas pedagógicas e as relações interpessoais, que serão fundamentais para o exercício da profissão em pleno e para a implementação de uma cultura profissional docente. Nesta perspetiva da mudança, que as escolas já atravessam, é fundamental que seja assumido pela comunidade escolar, o enquadramento e acompanhamento destes novos professores, através de um Plano que abranja o processo de supervisão e acompanhamento formativo, que assente no trabalho colaborativo e de parcerias, que levem a partilhas de experiências com os professores mais antigos na profissão, sendo esta interação que será fundamental em todo este processo.

No que concerne à componente da formação é muito pertinente referir-se a necessidade do entrosamento da Formação Inicial com a Formação Contínua de Professores o que requer todo um trabalho de cooperação entre os Centros de Formação de Associação de Escolas, Centros de Formação Profissionais e as Instituições de Ensino Superior.

É neste clima colaborativo e de entendimento que devem ser enaltecidas as comunidades de prática, dentro das escolas e entre as escolas, proporcionando-se a divulgação de diferentes projetos e um enriquecimento pessoal e profissional docente.

É neste campo de aproximação das escolas que os Centros de Formação de Associação de Escolas poderão ter um papel privilegiado, uma vez que já

congregam os Conselhos de Diretores de Escolas das áreas geográficas a que pertencem, e que constituem um órgão unificador e facilitador do diálogo e das práticas.

A Formação Contínua adquire nesta temática uma importância primordial como um contributo para colmatar lacunas que existam e mesmo como complementaridade à Formação Inicial, levando ao delinear de um diagnóstico de necessidades e à elaboração de Planos de Formação, inseridos nos Projetos Educativos de cada Escola.

Não obstante as directrizes e apostas da tutela nestes últimos anos para a Formação Contínua dos Docentes – o que aparentemente nos pode fazer pensar que os Projetos escolares dos vários âmbitos serão fabricados como que em série – cada comunidade escolar é um universo próprio, com cultura e uma tradição próprias que retiram, necessariamente, da própria Formação Contínua, posturas profissionais, evoluções e impactos diferentes nos diferentes territórios educativos. Esta premissa faz com que a formação e envolvimento de novos professores, possa ser diferente, única mas de igual forma profícua, independentemente da unidade orgânica em que trabalhem.

A formação em contexto de trabalho será, precisamente, a opção mais acertada, assumindo-se a formação como a ligação estreita com as práticas docentes dentro e fora da sala de aulas e como fundamental para a relação entre a Escola e a comunidade na qual se insere, considerando a diversidade dos públicos-alvo que hoje povoam as nossas escolas.

Para estes “novos professores”, será essencial uma formação diversificada, que incida sobre a flexibilidade curricular, sobre competências sociais e de cidadania, sobre a multiculturalidade vivida nas escolas e na sociedade, sobre a escola inclusiva, sobre o trabalho colaborativo, sobre metodologias inovadoras facilitadoras da criação de climas de aprendizagem, que sejam motivadores e que incentivem os alunos às aprendizagens.

Em suma, estão colocados muitos desafios que permitem afirmar que os professores que estão agora a entrar no sistema educativo, não devem ficar entregues à sua sorte, e merecem todo o apoio e respeito, de forma a poderem cumprir a sua missão, com o sucesso desejado, o que contribuirá para elevar a qualidade da educação e levar os alunos a um real sucesso educativo.

Esta reflexão identifica-se com a exigência da qualidade da educação, da dignificação e valorização da profissão docente, para uma defesa da Escola Pública que seja consequente. ●



Visita ao mercado de Natal em Vigo

De 25 a 29 novembro um grupo de 50 sócios aposentados do SPGL fizeram um passeio a Vigo para visitar um dos maiores mercados de natal da Europa e viver o espírito natalício na maior cidade da Galiza. Fizeram também um passeio a Santiago de Compostela, o centro religioso mais importante de Espanha e um dos lugares de peregrinação mais antigos do mundo. Nesta cidade, declarada Património Mundial pela UNESCO, visitaram o seu centro histórico. No regresso a Lisboa pararam na cidade do Porto para almoço e visita guiada à Casa da Música. ●

“Portugal-Espanha, 50 anos de Democracia”

Nos dias 16 e 31 de janeiro o DA realizou visitas guiadas, a primeira com o acompanhamento do jornalista Nuno Ramos de Almeida, à Exposição "Portugal-Espanha 50 Anos de Democracia", patente no Arquivo Nacional da Torre da Tombo, a qual aborda os processos da transição ibérica da ditadura para a Democracia seguindo as fontes iconográficas e documentais, focando-se nos anos de 1970, principalmente em 76 em Portugal e 78 em Espanha, datas das aprovações das respetivas Constituições democráticas. ●



O Meu Livro Quer Outro Livro | “Retratos contados”

No dia 17 de dezembro, no âmbito do projeto “O Meu Livro Quer Outro livro”, o DA realizou a sessão “Retratos Contados” que contou com as participações de Nelson Mateus e da jornalista e escritora, Alice Vieira. Durante o evento, Alice Vieira apresentou um relato envolvente sobre o percurso da sua vida pessoal e profissional. Relatou os desafios impostos aos jornalistas pela censura durante o período



Conversa com Manuel Abrantes | "Na terra dos outros"

No dia 5 de dezembro, numa sessão com cerca de 30 presenças, Manuel Abrantes falou-nos do seu livro - *Na Terra dos Outros* – e da vida das mulheres comuns antes e depois do 25 Abril. *Na Terra dos Outros* conta-nos a extraordinária vida de uma mulher comum: Maria do Carmo, uma de milhares de raparigas que deixaram a família e o quotidiano severo no campo e aba-

do Estado Novo.

Alice Vieira destacou-se na literatura juvenil, com uma vasta produção literária composta por perto de cem obras. Os seus livros estão traduzidos em várias línguas. Algumas dessas obras receberam importantes prémios, consolidando a sua posição como uma das autoras mais relevantes da literatura para jovens em Portugal. Alice Vieira também recebeu importantes reconhecimentos ao longo da sua carreira. Foi condecorada pelo Presidente da República, Jorge Sampaio e, mais recentemente, pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

Na sessão estiveram presentes cerca de 40 participantes, ficando a conhecer um pouco mais sobre a trajetória de vida e de trabalho de Alice Vieira. ●

laram para as cidades, sozinhas, em busca de futuro.

Criadas para todo o serviço, ocupavam-se do que quer que conviesse aos patrões; muitas vezes, recebiam por paga somente cama (dura) e comida (escassa); não havia folgas, férias ou licença para sair. A Revolução de Abril, vivida dentro de portas e entre sussurros, traz grandes mudanças, embora pouco retorno, e Carmo vai reinventando os seus dias, década a década.

Com impressionante desenvoltura romanesca, este livro leva-nos do fim da ditadura às portas da atualidade, acompanhando uma emancipação ainda desigual, ainda por cumprir. A história de uma vida que se cruza com a história de um país em formação: planos adiados, desígnios perdidos, ilusões desfeitas. ●



Projeto Troca de Saberes | "Como Contar uma história"

Rodolfo Castro, de origem argentina e residente em Portugal desde 2010, é narrador, escritor, ilustrador e formador creditado na área da mediação da leitura, da narração oral e da leitura em voz alta. No dia 24 de janeiro, no âmbito do projeto "Troca de Saberes", "o pior contador de histórias do mundo" veio ensinar-nos e dirigir-nos, através de técnicas de leitura e interpretação de textos, a contar histórias com humor e alegria realçando a importância da leitura na educação. ●

O Meu Livro Quer Outro Livro | "Camões o poeta épico, mas não só..."

No âmbito do projecto «O meu livro quer outro livro», no passado dia 5 de fevereiro, na Sede do SPGL, a Professora Ana Viegas comentou a obra "Os Lusíadas", da autoria de Luís Vaz de Camões, publicado a 12 de março de 1572.

Ana Viegas nasceu na Beira Alta, em Viseu. Licenciada em Filologia Românica, iniciou a sua vida profissional como docente na Escola Industrial e Comercial de Almada.

A reforma chegou, mas o contacto com os alunos não terminou! Estas suas palavras revelam o empenho e entusiasmo com que divulga a literatura portuguesa. ●





Homenagem aos Grupos de Estudo

No dia 13 de fevereiro, na Escola Básica Francisco de Arruda, em Lisboa, teve lugar a homenagem da FENPROF e inauguração da placa alusiva à criação dos Grupos de Estudo dos Professores Eventuais e Provisórios.

A mesa da iniciativa contou com a participação de Francisco Gonçalves e José Feliciano Costa (Secretários-Gerais Adjuntos da FENPROF), Manuela Mendonça (Presidente do Conselho Nacional da FENPROF), António Teodoro (membro dos Grupos de Estudo e antigo Secretário-Geral da FENPROF), Paulo Sucena (antigo Secretário-Geral da FENPROF), Maria Manuel Calvet Ricardo e Manuela Silva (membros dos Grupos de Estudo). A iniciativa contou também com a presença de Elsa Oliveira (membro dos GEPDES) e Agostinho Lopes [membro dos GEPDES e autor do livro «A política da mão de obra barata do Ministério da Educação Nacional

(1971), ainda em pleno fascismo].

A criação dos Grupos de Estudo ocorreu em Lisboa, em 27 de maio de 1970, numa reunião na Escola Preparatória Francisco de Arruda.

A 13 de fevereiro de 1974, um despacho do Secretário de Estado da Instrução e Cultura comparava os GEPDES a uma «associação secreta» e pedia aos diretores e reitores que denunciassem os professores que os integrassem.

Como referiu Maria Manuel Calvet Ricardo «essa data marca o início de uma grande instabilidade nos Grupos de Estudo. (...) Felizmente Abril chegou!».

Manuela Silva completou: «Estávamos, estamos e continuamos a fazer História. Tínhamos trilhado um percurso de resistência e agora pela frente havia um desafio ainda maior nesta nova vida em liberdade e democracia: o de construir em unidade o Movimento Sindical Docente». ●



«Estudantes, Professores e Sindicatos, na construção da Escola Pública de Abril»

No dia 13 de fevereiro, na Escola Artística António Arroio, teve lugar a palestra «Estudantes, Professores e Sindicatos, na Construção da Escola Pública de Abril». Integraram a mesa desta iniciativa a Diretora da Escola Artística António Arroio, assim como Maria Manuel Calvet Ricardo (sócia do SPGL e fundadora dos Grupos de Estudo), José Feliciano Costa (Presidente do SPGL), Catarina Teixeira (Coordenadora da Direção Regional de Lisboa do SPGL), António Anes (Vice-Presidente do SPGL, Dirigente Sindical e Professor da E. A. António Arroio), Cátia Domingues (Vice-Presidente do SPGL) e Manuel Guerra (Dirigente Sindical e antigo

aluno, professor e delegado sindical da E. A. António Arroio).

Esta iniciativa realizou-se no âmbito do projeto de pintura mural, a realizar por alunos da E. A. António Arroio e da Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, no âmbito das comemorações dos 50 anos do SPGL e do 25 de Abril.

O resultado a desenvolver pelos estudantes e com acompanhamento de professores de ambas as instituições será apresentado publicamente, na cidade de Lisboa, por ocasião do aniversário do SPGL, em maio de 2025. ●



Ana Cristina Gouveia | Espaço ABC



Galeria



Exposição "Love affair"

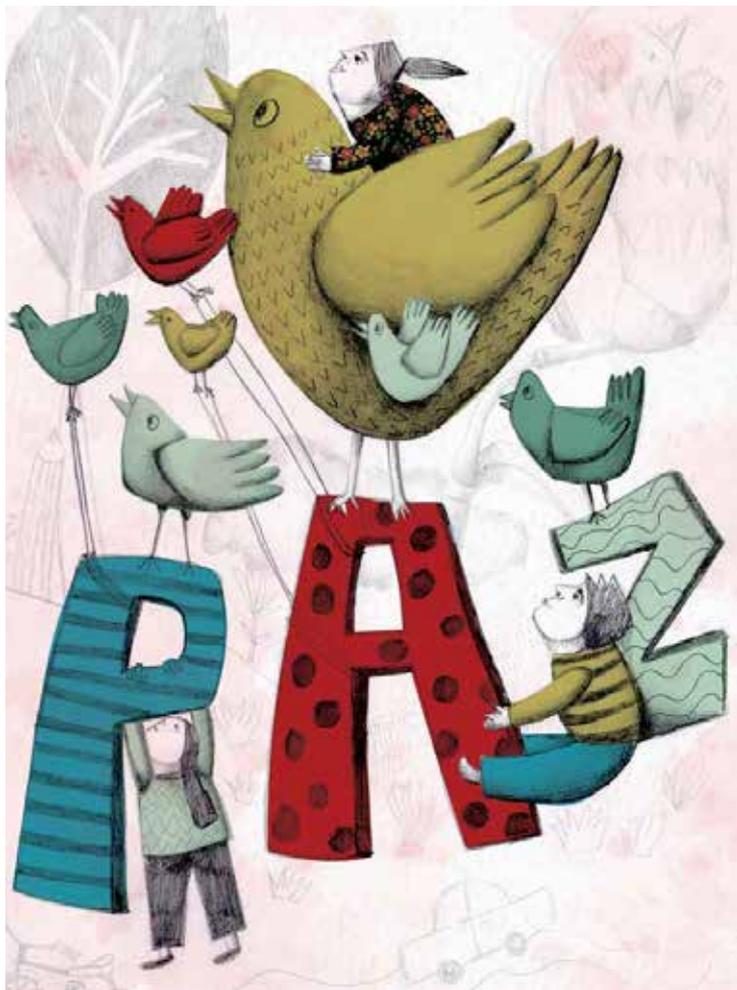
Foi inaugurada no Espaço ABC, no dia 16 de janeiro de 2025, pelas 18 horas, a Exposição de pintura desenho «Love affair» de Isabel Leite, nascida em Lisboa em 1963. Nas palavras da artista «Tudo começa pelo gosto e pela vontade de fazer pintura e desenho». Nesta mostra «foi a cor que influenciou a elaboração destes trabalhos – a cor como elemento dominante. É ela o meio de expressão, emoção e construção visual». Esta exposição estará patente até ao dia 6 de março de 2025 e aguarda a sua visita. Aqui fica o desafio para que venha descobrir este «Love Affair». Apaixone-se! ●

Exposição coletiva e comemorativa em homenagem aos anos de luta dos professores



Foi lançado pela equipa do espaço ABC, com o objetivo de encerrar nesta galeria as comemorações oficiais dos 50 anos do SPGL, um desafio, para a realização de uma exposição coletiva, aos artistas que aqui já expuseram as suas obras, mas também a sócios do sindicato. Estes artistas elaboraram trabalhos

em vários tipos de suporte ou categoria. A motivação para esta exposição são as palavras de António Borges Coelho: «Os tempos não são favoráveis à esperança (...) mas a esperança vai resistir, regada pela nossa luta e o despertar das novas gerações». As inscrições já terminaram e os trabalhos começam a chegar... Curioso? Esta exposição iniciar-se-á a 13 de março e terminará a 8 de maio de 2025. ●



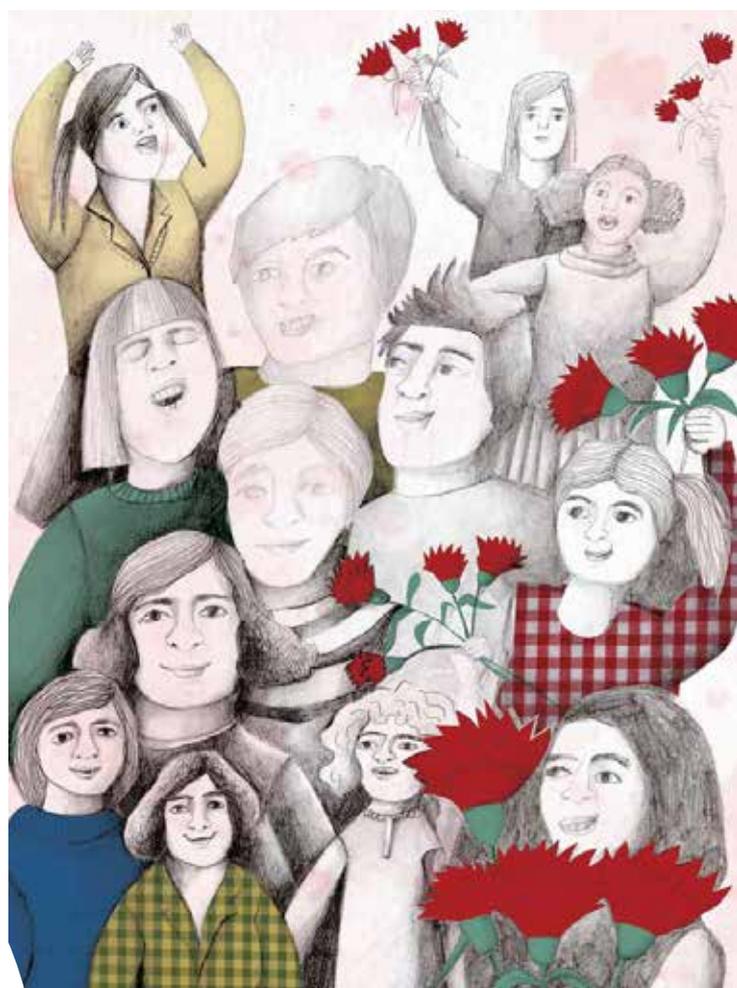
**«E as pombas?
O que têm a ver com os cravos?»**

Anabela Laranjeira (texto)
Susana Matos (ilustração)
CPPC, 2024

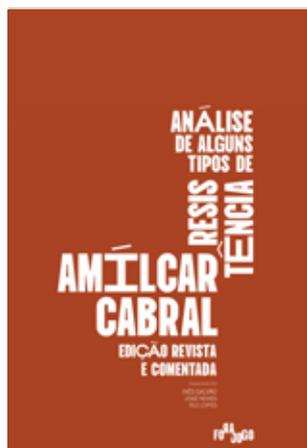
A Câmara Municipal do Seixal está a organizar um projeto educativo que se dirige a todas crianças da educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, a quem a autarquia ofereceu, no âmbito da receção à comunidade educativa, o livro «E as pombas o que têm a ver com os cravos?», das autoras Anabela Laranjeira (texto) — professora e dirigente sindical do SPGL —, e Susana Matos (ilustração), numa edição conjunta com o Conselho Português para a Paz e Cooperação.

A história deste livro acontece num diálogo em palavras simples entre uma avó e a sua neta, assim como uma espécie de conto-conversa que viaja pelo passado e pelo presente das duas... Elas preparam, durante esse dia, a celebração do feriado do 25 de Abril que a pequena Paloma passará com os avós. Nesta conversa fala-se sobre as guerras, realidade que as duas gerações conhecem de formas bem diferentes, mas ao mesmo tempo com pontos em comum. Para as duas, avó e neta, a guerra é distância e ausência e nenhuma delas esteve numa guerra “ao vivo”. Portugal é, como dizem, um país onde se vive em Paz. Mas a memória da guerra passada ou a sombra dela num futuro próximo é presença real na conversa de Paloma e de toda a família. O objetivo desta publicação é despertar nas crianças a reflexão sobre as consequências das guerras. Neste momento, elas estão espalhadas em vários países do mundo, matando e destruindo a vida de todos. É tempo, por isso, de nos empenharmos na batalha pela Paz.

A par da publicação, o projeto desenvolvido pela autarquia com a participação das autoras prevê um conjunto de dinâmicas sobre a paz e as conquistas de Abril, apostando na sensibilização de toda a comunidade educativa, envolvendo as crianças, professores e pessoal não docente, mas também a comunidade em geral. ●



sugestão



«Análise de alguns tipos de resistência – Amílcar Cabral»

Org. Inês Galvão,
José Neves e Rui Lopes
Fora de Jogo, 2024

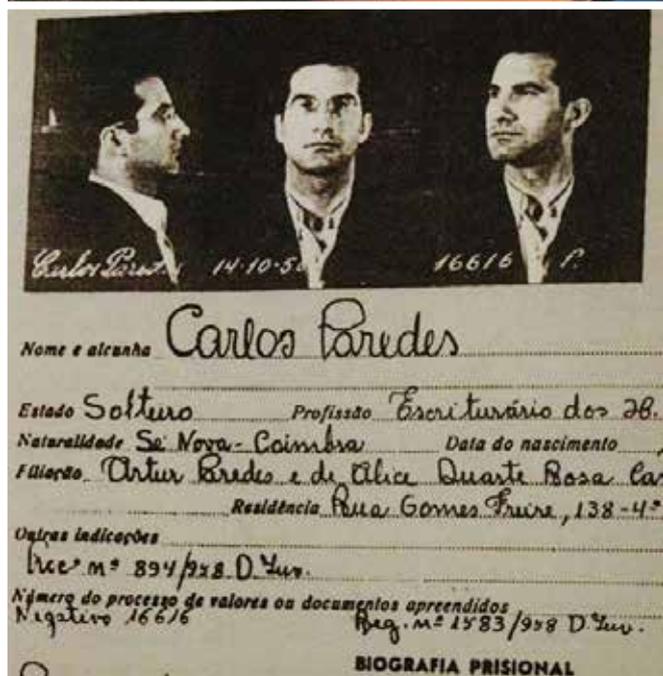
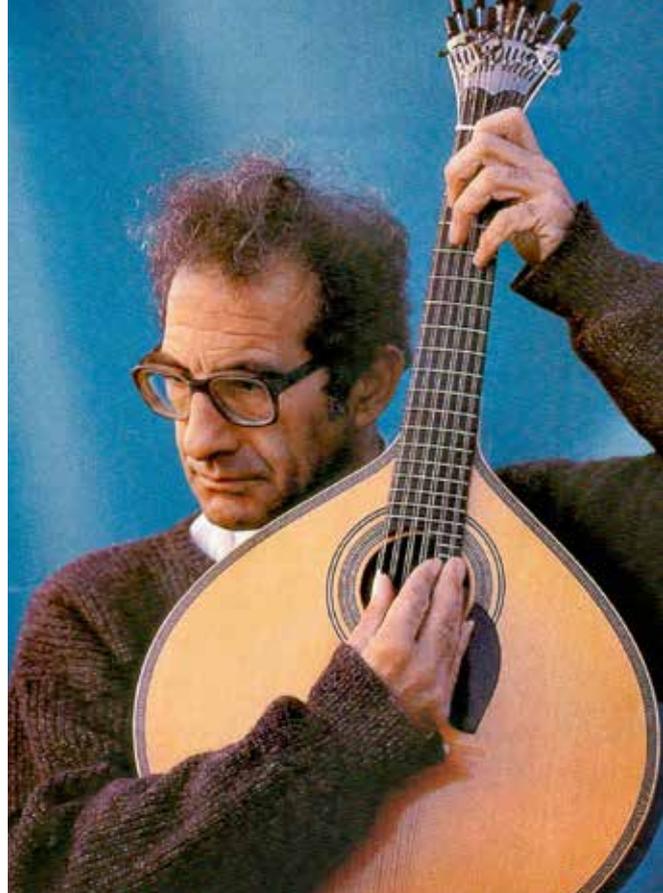
A Fora de Jogo (<https://www.foradejogo.org/about>) lançou, em julho de 2024, uma edição, revista e comentada, de «Análise de alguns tipos de resistência», com organização de Inês Galvão, José Neves e Rui Lopes.

O livro reúne um conjunto de intervenções de Amílcar Cabral, que tiveram lugar num seminário de formação de quadros do Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), realizado em novembro de 1969, em Conacri.

Essas intervenções sistematizaram, num discurso claramente pedagógico, o entendimento da resistência política, económica, cultural e armada então em curso.

Nesse quadro, Cabral valoriza a necessidade de uma consciência clara, e crítica, do que é a resistência, de «conhecer bem a razão por que resistimos e os objetivos da resistência». «Resistência é a destruição de alguma coisa para construir outra coisa», considera. E coloca a tónica em objetivos como «eliminar tudo quanto seja um obstáculo ao progresso do nosso povo, todas as relações que na nossa sociedade sejam contra o progresso e a liberdade do nosso povo». Para «oferecer possibilidades concretas a qualquer filho da nossa terra, homem ou mulher, para avançar como ser humano». ●

Centenário do nascimento de Carlos Paredes



Carlos Paredes, o mestre da guitarra portuguesa, foi preso político durante a Ditadura. A sua vida e obra constituem um exemplo de resistência e criação.



manifestação nacional de mulheres

igualdade, direitos, justiça social e paz
Luta que une, força que transforma

8 de Março | 14h30 | Restauradores, Lisboa



PLENÁRIO NACIONAL DE PROFESSORES E EDUCADORES



7 MARÇO 2025
14H30
ISCTE — LISBOA

Assuntos a tratar:

- Apresentação da proposta da FENPROF de revisão do ECD;
- Discussão e aprovação da proposta final;
- Discussão e aprovação da ação reivindicativa em defesa de um ECI justo e valorizador da profissão.



SPGL

Sindicato dos Professores
da Grande Lisboa
membro da FENPROF

Sede

Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
spgl@spgl.pt
Direção: spgl@spgl.pt
www.spgl.pt

Direção Regional de Lisboa

Rua Fialho de Almeida, 3 - 3.º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100
Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste

Caldas da Rainha
Av. Eng.º Luís Paiva e Sousa,
4 B 2500-329
Caldas da Rainha
Tel: 262841065

Fax: 262844240
caldasrainha@spgl.pt
Torres Vedras

Bº Vila Moreira, Ed. Sol
Jardim, Lj 3 - 2.º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634
Fax: 261314906
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S.
Domingos, 3º B 2200-397
Abrantes

Tel: 241365170
Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
Santarém
Rua Vasco da Gama,
16 J - 1.º Esq. 2000-232
Santarém
Tel: 243305790
Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
Tomar
Av. Ângela Tamagnini,
n.º 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196
Fax: 249322656
tomar@spgl.pt

Torres Novas
R. Padre Diamantino
Martins, lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734
Fax: 249824290
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca,
5 - 2.º 2900-218 Setúbal
Tel: 265228778
Fax: 265525935
setubal@spgl.pt

Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40
- r/c 2830-336 Barreiro
Tel: 212079395
Fax: 212079368
barreiro@spgl.pt

Almada
R. D. Álvaro Abranches da
Câmara, n.º 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813
Fax: 212722865
almada@spgl.pt

www.spgl.pt

